

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – UFPR
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**UMA ANÁLISE DA EVOLUÇÃO RECENTE DAS FINANÇAS PÚBLICAS NO
PARANÁ**

CURITIBA

2009

JOSELI APARECIDA PUCHTA DE SOUZA

**UMA ANÁLISE DA EVOLUÇÃO RECENTE DAS FINANÇAS PÚBLICAS NO
PARANÁ**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre pelo Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Luiz Curado

**CURITIBA
JUNHO – 2009**

TERMO DE APROVAÇÃO

JOSELI APARECIDA PUCHTA DE SOUZA

**UMA ANÁLISE DA EVOLUÇÃO RECENTE DAS FINANÇAS PÚBLICAS NO
PARANÁ**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de mestre em Desenvolvimento Econômico, do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná.

Prof. Dr. Marcelo Luiz Curado
Departamento de Economia, UFPR.
(Orientador)

Prof. Dr. Fernando Franco Netto
Departamento de Economia, UNICENTRO.

Prof. Dr. Demian Castro
Departamento de Economia, UFPR.

Curitiba, 10 de junho de 2009.

AGRADECIMENTOS

Sem Deus nada somos e sem Ele nada temos. Sou infinitamente agradecida por tudo que recebo e sempre vem no momento certo, creio ser sempre por Providência Divina e bem merecido.

Agradeço e dedico este trabalho aos amigos (os verdadeiros) que nunca pouparam incentivos e palavras positivas acreditando que tudo era possível e que no final tudo daria certo.

Agradeço, principalmente, ao meu marido, Celso, que na realidade acreditava mais em mim, do que eu mesma – Amor, obrigada pelo incentivo e apoio incondicional, apesar dos contratempos ocorridos.

Aos meus filhos Aline, Felipe e Leonardo, por compreenderem e colaborarem mesmo que às vezes fosse contra vontade própria. E a quase filha adotiva Anieli Thomé pela presteza na hora do sufoco com as tabelas.

As minhas irmãs Joselei e Dulci pela preocupação, dedicação e orgulho que sentem. E também, aos meus sobrinhos afilhados Pedro Henrique e Eduarda, que apesar da pouca idade sempre compreenderam que tinham que esperar pela minha companhia, pois, a Dinda estava estudando – Amores da Didi. Aqui, porém, faltam duas pessoas muito importantes – meu pai e minha mãe – *in memorian* – com certeza o orgulho não seria menor do que dos demais.

Enfim, porém mais importante, quero agradecer de todo meu coração, ao Prof. Dr. Marcelo Luiz Curado pela sua dedicação e por nortear todo meu trabalho, pois, sinceramente sem sua ajuda não seria possível a conclusão desta dissertação. Obrigada também, a Rosemary Escabio da DICON, do governo do Estado, pela disposição e gentileza em me fornecer os dados que faltavam.

Por toda dedicação, esforço e companheirismo durante o MINTER, o meu muito obrigada ao Prof. Dr. Maurício Serra (UFPR), à Prof. Dra. Janete Lopes (FECILCANM) e aos demais professores que sempre nos foram fontes sábias de conhecimentos.

E o meu sincero agradecimento pela atenção e gentileza dos professores Dr. Fernando Franco Netto (UNICENTRO) e Dr. Demian Castro (UFPR) ao aceitarem fazer parte da banca.

E a todos aqueles que participaram de uma forma indireta na elaboração do presente trabalho.

“Os ideais que iluminaram o meu caminho são a bondade, a beleza e a verdade”.

Albert Einstein

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| LISTA DE FIGURAS..... | VII |
| LISTA DE TABELAS..... | IX |
| LISTA DE QUADROS..... | X |
| RESUMO..... | XI |
| ABSTRACT..... | XII |
| 1. INTRODUÇÃO..... | 1 |
| 2. FINANÇAS PÚBLICAS: CONCEITOS BÁSICOS E TEORIA..... | 3 |
| 2.1. NOÇÕES BÁSICAS DE FINANÇAS PÚBLICAS..... | 3 |
| 2.1.1. Funções Básicas do Setor Público..... | 3 |
| 2.1.2 Déficit Público: noções básicas..... | 6 |
| 2.2 POLÍTICA FISCAL E SEUS IMPACTOS SOBRE O SISTEMA ECONÔMICO: UMA ANÁLISE DA LITERATURA BÁSICA DE MACROECONOMIA..... | 7 |
| 3. A EVOLUÇÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS NO BRASIL, O PLANO REAL E A DÍVIDA PÚBLICA NO CENÁRIO MACROECONÔMICO..... | 12 |
| 3.1. A INTERVENÇÃO DO ESTADO NA ECONOMIA BRASILEIRA..... | 12 |
| 3.2. A DÉCADA DE 90, O PLANO REAL E SEUS EFEITOS SOBRE A ECONOMIA BRASILEIRA..... | 16 |
| 3.2.1. Considerações Gerais..... | 16 |
| 3.2.2. A Política Fiscal após a implementação do Plano Real | 18 |
| 4. A EVOLUÇÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS NO PARANÁ NAS ÚLTIMAS DÉCADAS..... | 23 |
| 4.1. A ECONOMIA PARANAENSE..... | 23 |
| 4.1.1. A ocupação do território paranaense a partir do século XVII..... | 24 |
| 4.1.2. Paraná tradicional – Século XVIII..... | 28 |
| 4.1.3. Economia Paranaense a após 1970..... | 32 |
| 4.2. A EVOLUÇÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS PARANAENSE NO PERÍODO DE 1995 A 2008 | 38 |
| 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 49 |
| 6. REFERÊNCIAS..... | 50 |
| 7. FONTE..... | 53 |
| ANEXOS..... | 54 |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| FIGURA 01..... | 8 |
| EFEITO DE UMA POLÍTICA FISCAL EXPANSIONISTA:..... | 8 |
| MODELO IS-LM..... | 8 |
| FIGURA 02..... | 10 |
| EFEITO DE UMA POLÍTICA FISCAL EXPANSIONISTA: | 10 |
| MODELO DE OA E DA..... | 10 |
| FIGURA 03..... | 19 |
| NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO PRIMÁRIA DO SETOR PÚBLICO SEM DESVALORIZAÇÃO CAMBIAL | 19 |
| – ACUMULADO DE 12 MESES COMO PROPORÇÃO DO PIB –..... | 19 |
| FIGURA 04..... | 20 |
| NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO NOMINAL DO SETOR PÚBLICO COM DESVALORIZAÇÃO CAMBIAL..... | 20 |
| – ACUMULADO DE 12 MESES COMO PROPORÇÃO DO PIB – | 20 |
| FIGURA 05..... | 21 |
| DÍVIDA TOTAL DO SETOR PÚBLICO – LÍQUIDA COMO PROPORÇÃO DO PIB | 21 |
| (JANEIRO DE 1991 A MAIO DE 2009)..... | 21 |
| FIGURA 06..... | 38 |
| ESTÁGIOS DA RECEITA PÚBLICA..... | 38 |
| FIGURA 07..... | 40 |
| RESULTADO PRIMÁRIO DO SETOR PÚBLICO PARANAENSE..... | 40 |

| | |
|---|----|
| (1996 – 2007)..... | 40 |
| FIGURA 08 | 42 |
| EVOLUÇÃO DA RECEITA TRIBUTÁRIA E DO ICMS..... | 42 |
| (1995 – 2007)..... | 42 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|-----------|
| TABELA 01..... | 37 |
| PIB DO BRASIL E PARANÁ A PREÇO DE MERCADO CORRENTE..... | 37 |
| (1995-2008) – R\$ MILHÃO..... | 37 |
| TABELA 02..... | 41 |
| EVOLUÇÃO DAS RECEITAS CORRENTES E DAS RECEITAS DE CAPITAL | 41 |
| NO PARANÁ – (1995 A 2008)..... | 41 |
| TABELA Nº 03..... | 43 |
| ARRECADAÇÃO DO I.C.M.S. POR SETORES DA ECONOMIA..... | 43 |
| (1995 A 2008) – MILHÕES..... | 43 |
| TABELA 04..... | 45 |
| EVOLUÇÃO DAS DESPESAS CORRENTES E DAS DESPESAS DE CAPITAL DO PARANÁ (1995 A 2008)..... | 45 |
| TABELA 05..... | 46 |
| EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO POR GRUPO DE DESPESA DO PARANÁ..... | 46 |
| (1995 A 2008) – (R\$)..... | 46 |
| TABELA Nº 05 - EVOLUÇÃO DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS DO PARANÁ | 55 |
| SEGUNDO AS PRINCIPAIS CATEGORIAS (1995 A 2008) – (R\$ - MILHÕES)..... | 55 |
| TABELA 06 – RECEITA TRIBUTÁRIA TOTAL DO PARANÁ (1995 A 2008) – (R\$) | 58 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|-----------|
| QUADRO 1..... | 9 |
| DESLOCAMENTO DA IS-LM E SEUS EFEITOS NA ECONOMIA..... | 9 |
| QUADRO Nº 02..... | 36 |
| RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE BENS – 2000 – (R\$)..... | 36 |

RESUMO

O objetivo central deste trabalho é promover uma análise da evolução das finanças públicas no Estado do Paraná, com foco na discussão sobre os determinantes da mudança verificada no resultado primário das contas públicas do Estado. Paralelamente, com a finalidade comparativa, o trabalho apresenta a evolução recente das finanças públicas em nível nacional. Toda a discussão é promovida para o período em que a economia brasileira passou a gozar de estabilidade de preços, ou seja, após a implementação do Plano Real em julho de 1994. Um resultado importante que pode ser obtido do trabalho é que em grande medida, a evolução das finanças do Estado reflete, tal como no âmbito nacional, uma melhora na arrecadação tributária. No caso do Paraná, merece destaque a evolução bastante positiva da arrecadação do ICMS.

Palavras chaves: Finanças públicas. Finanças do Paraná. ICMS.

ABSTRACT

The central objective of this work is to promote an analysis of the evolution of public finances in the State of Paraná, with a focus on discussion of the determinants of changes in the primary outcome of the public of the State. Along with the comparative purpose, the paper presents the recent evolution of public finances at the national level. All discussion is encouraged during the period in which the Brazilian economy started to enjoy stable prices, in otherer words, after the implementation of the Real Plan in July 1994. One important result that can be obtained from the study is that in large measure, the evolution of finance reflects the state as at the national level, an improvement in tax collection. In the case of Paraná, should highlight the evolution of a positive collection of ICMS.

Keywords: Public Finance. Paraná Finance. ICMS.

1. INTRODUÇÃO

Sabe-se que o Governo tem várias tarefas para cumprir junto a uma nação, dentre essas, promover geração de renda, acumulação e oferta de bens coletivos auxiliando os agentes no processo produtivo. Mas, muitas vezes as receitas obtidas não são suficientes para cobrir os gastos, ocasionando assim, o déficit público.

Os efeitos da ocorrência de desequilíbrios fiscais sobre a economia são amplamente estudados pela ciência econômica há muito tempo. Particularmente, dois temas merecem destaque: a forma de financiamento do déficit e seus impactos sobre a economia, em especial sobre o nível de demanda agregada e produção. No que tange ao primeiro tema, vale lembrar que o governo, como qualquer agente econômico, precisa financiar o déficit fiscal, através dos mecanismos tradicionais de endividamento (externo e interno) e/ou através da emissão de moeda.

Em relação aos impactos do déficit sobre a economia, merece destaque a contribuição da chamada literatura keynesiana, que enfatiza o papel do comportamento de receitas e despesas do governo sobre o nível de demanda e de produção do sistema econômico. Outro aspecto enfatizado pela literatura econômica, particularmente por aquela que utiliza o referencial da chamada “teoria quantitativa da moeda”, refere-se ao impacto inflacionário do financiamento monetário dos déficits públicos, tema amplamente discutido em diversos momentos da economia brasileira, tal como durante a implementação do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) em 1964.

Em síntese, as discussões sobre a evolução das finanças públicas, as causas dos déficits públicos e as conseqüências sobre o sistema econômico da ocorrência de um desequilíbrio fiscal fazem parte de uma extensa discussão da literatura econômica, tanto no plano internacional, quanto no âmbito doméstico.

Esta dissertação busca analisar um aspecto específico deste tema mais amplo. O trabalho em questão tem por finalidade analisar a evolução das finanças públicas no Paraná no período de 1995 a 2008, enfatizando a discussão sobre os determinantes da mudança ocorrida a partir de 2000, no comportamento do resultado primário das contas públicas estaduais.

Para promover o estudo sobre a evolução das finanças públicas do Paraná e discutir as causas da evolução recente de seu resultado primário será realizada uma análise comparativa em relação à evolução das contas públicas em nível nacional. Desta forma, pretende-se verificar quais são os elementos particulares da evolução

recente das finanças públicas do Paraná e quais são os elementos similares desta evolução em relação ao plano nacional.

A dissertação será organizada em quatro capítulos incluindo a introdução. No capítulo 2 serão abordados conceitos a cerca das finanças públicas e a teoria que melhor explica seu desempenho. No capítulo 3 será apresentada a evolução recente das finanças públicas no Brasil. O capítulo 4 terá como principal assunto as finanças do Paraná, depois de ser apresentado um breve histórico do Estado. E por último as considerações acerca do assunto. Em todos os capítulos a análise irá se concentrar em discutir o período compreendido entre 1995 a 2008.

2. FINANÇAS PÚBLICAS: CONCEITOS BÁSICOS E TEORIA

Este capítulo tem como objetivo principal discutir os conceitos básicos de finanças públicas, incluindo a discussão sobre os conceitos de déficit público e dívida pública e promover a discussão teórica sobre os impactos do déficit público na economia, utilizando-se para tanto do referencial teórico básico de macroeconomia.

2.1. NOÇÕES BÁSICAS DE FINANÇAS PÚBLICAS

2.1.1. Funções Básicas do Setor Público

As Finanças Públicas são um ramo da ciência econômica que se preocupa em avaliar os gastos do setor público, de que maneiras serão pagos ou financiados esses gastos. Cabe ainda, a captação de recursos, sua administração e o gasto dos mesmos pelo Estado, atendendo as necessidades da população (GIAMBIAGI, 2005).

Conforme Gremaud (2006), sinteticamente, pode-se citar três funções que cabe ao setor público: função estabilizadora, função alocativa, e função distributiva. A função estabilizadora corresponde ao manejo da política econômica, para tentar garantir o máximo de emprego, crescimento econômico, e estabilidade de preços; a função alocativa garante a ação do governo, complementando a ação do mercado, no que diz respeito à alocação de recursos na economia. Nessa função, diagnosticam-se algumas falhas de mercado, resultantes de externalidades, de economias de escala e de bens públicos; e a função distributiva corresponde à função do governo em redistribuir a renda através dos impostos, transferências, subsídios e dos gastos com bens públicos.

Giambiagi (2008) destaca a necessidade de um sistema regulador eficiente, pois, o mecanismo de mercado não pode desempenhar sozinho todas as funções econômicas, tornando imprescindível a atuação governamental para guiar, corrigir e suplementar os resultados gerados pelo mercado.

Sabe-se que o Estado atua utilizando um conjunto de instrumentos de intervenção econômica, além de exercer um papel institucional por meio das

relações contratuais. Considerando a existência da necessidade do Estado na atividade econômica, esta se manifesta para promover ajustamentos na alocação de recursos; promover ajustamentos na distribuição da renda e da riqueza; e manter a estabilização econômica.

No que diz respeito à função alocativa de recursos, o governo divide os recursos para utilização no setor público e privado, oferecendo bens públicos, semipúblicos ou meritórios, como rodovias, segurança, educação, saúde, transporte dentre outros, atendendo as classes menos favorecidas da sociedade.

Ainda conforme Giambiagi (2008), esta função estatal visa promover ajustamentos na alocação de recursos para o desenvolvimento de atividades que não são desenvolvidas eficientemente pela iniciativa privada (sistema de mercado), seja pelo alto custo de seu investimento, seja pela baixa margem de retorno sobre o investimento, seja pela impossibilidade de cobrança pela prestação individualizada (característica plenamente satisfeita pelo fornecimento dos bens privados, em que o mercado oferece o serviço/atividade e efetua cobrança de forma direta e individual por isso).

Giambiagi (2008) afirma que o Estado, nesta função, atua como interventor das relações econômicas adotando políticas que visam a ampliar mercados, aumentar a produtividade e buscar satisfação das demandas da sociedade, por meio de duas situações, a saber: i) investimentos na infra-estrutura econômica; ii) provisão de bens públicos e bens meritórios;

O bem privado é oferecido por meio dos mecanismos próprios de mercado. Há uma troca entre vendedor e comprador e uma transferência de propriedade do bem. O não-pagamento por parte do comprador impede a operação e, logicamente, o benefício. Diz-se em Economia que, para este tipo de bem, há rivalidade no consumo, pois o consumo por uma pessoa impede o consumo por outra. Já com relação aos bens públicos o sistema de mercado não teria a mesma eficiência, pois os benefícios geralmente não podem ser individualizados nem recusados pelos consumidores. Diz-se em economia que, neste caso, não há rivalidade no consumo. Por exemplo, quando o Estado oferta o serviço de iluminação pública não o destina a uso particular de nenhuma pessoa, ou seja, mesmo que a pessoa pague um preço por esse serviço, nunca terá sua propriedade e nem poderá fazer uso exclusivo dele. Seu uso será geral, para uma determinada coletividade, e o Estado não poderá impedir sua utilização nos casos em que uma determinada pessoa deixe de pagar o preço cobrado, pois o corte afetaria a todos os usuários do referido serviço.

Com relação à função distributiva da renda e da riqueza, o Estado tem por função assegurar uma adequação àquilo que a sociedade considera justo, tal como a destinação de parte dos recursos provenientes de tributação para o serviço público de saúde, serviços essenciais, bem como os mais utilizados por indivíduos de menor renda.

Giambiagi (2008) salienta que é a função estatal que visa ordenar a situação de equilíbrio da distribuição da riqueza e da renda. No que se refere à distribuição da renda e da riqueza, o problema é bem mais complexo, pois a situação das pessoas é diferente, em decorrência de diversos fatores, como oportunidade educacional, mobilidade social, legislação, a própria estrutura de mercado, transferências, entre outros.

As transferências configuram repasse de recursos, pelo governo, a determinados grupos de pessoas, sem que haja obrigatoriedade de quem recebe o recurso de executar algo ou dar algo em troca dessa transferência. Podemos citar como exemplo as pensões, aposentadorias, programas de garantia de renda mínima (bolsa-escola), entre outros.

As oportunidades não são iguais para todos, tem-se a questão das habilidades individuais, a escolha da profissão adequada ao mercado, a possibilidade de recebimento de uma herança etc., que são exemplos de fatores que podem determinar que as pessoas tenham situação econômica diferenciada.

Cabe ao governo viabilizar, por meio de orçamento público, políticas de distribuição de renda consistentes no intuito de tirar de um para melhorar a situação de outros. Para tanto, o governo pode utilizar mecanismos da tributação para, por exemplo, incentivar a produção de determinados produtos que visem a melhorar a qualidade da alimentação da população de baixa renda; conceder subvenções (incentivos) a determinados produtos – com o objetivo também de tornar o mercado mais concorrencial; e até isentares tributos de bens e serviços considerados de primeira necessidade para a população carente. Todas estas são ações que visam a uma mais adequada distribuição da renda e da riqueza.

No que diz respeito à função estabilizadora da economia, esta ocorre por meio da aplicação das diversas políticas econômicas, pelo governo, a fim de promover o emprego, o desenvolvimento e a estabilidade, diante da incapacidade do mercado em assegurar que esses objetivos sejam atingidos.

A função de estabilização da economia difere profundamente das outras duas. Essa função estatal visa garantir estabilidade ao processo econômico. Assim

utiliza os instrumentos macroeconômicos para manter adequado o nível de utilização dos recursos (nível de emprego), estabilizar o valor da moeda (nível de preços) e o fluxo de entrada e saída de recursos da economia (balanço de pagamentos).

Na ausência de uma política orientadora, a economia está sujeita a flutuações significativas e/ou a passar por períodos de desemprego ou inflação. Assim, o governo utiliza os principais instrumentos de política macroeconômica, tendo na política fiscal um grande mecanismo para manter a estabilidade da economia.

A estabilidade, entretanto, depende do equilíbrio das contas públicas, cabendo ao governo garantir e ajustar as despesas e as receitas disponíveis, assegurando os benefícios sociais e a melhoria da qualidade de vida da população.

2.1.2 Déficit Público: noções básicas

Um dos conceitos mais importantes das Finanças Públicas, tendo em vista os objetivos deste trabalho, é o conceito de déficit público que passa a ser analisado.

Conceitua-se déficit como o que falta para complementar uma conta, um orçamento, uma previsão. Ou seja, é o superávit das contas públicas quando a arrecadação supera o total dos gastos; quando os gastos superam o montante da arrecadação, temos o déficit público.

Existem inúmeras definições, bem como, diferentes pontos de vista acerca de déficit público.

De acordo com Vasconcellos (2001) existem inúmeros conceitos de déficit público, tais como: déficit primário, que é a apuração dos resultados entre despesas e receitas do setor público, desconsiderando-se os juros das dívidas líquidas. Este é o conceito que oferece uma melhor avaliação da política fiscal, uma vez que elimina componentes não fiscais do déficit; déficit primário ou fiscal - É medido pelo déficit total, excluindo a correção monetária e cambial e os juros reais da dívida contraída anteriormente. No fundo, é a diferença entre os gastos públicos e a arrecadação tributária no exercício, independente dos juros e correções da dívida passada; déficit nominal ou total - também chamado de Necessidade de Financiamento Líquido do Setor Público Não-Financeiro – NFSP – conceito nominal. Abrange o componente

de atualização monetária da dívida, os juros reais e o resultado fiscal primário (BCB, 2009).

Esta medida indica o fluxo líquido de novos financiamentos, obtidos ao longo de um ano pelo setor público não financeiro nas suas várias esferas: União, governos estaduais e municipais, firmas estatais e Previdência Social.

O déficit operacional (ou Necessidades de Financiamento do Setor Público - Conceito Operacional) é medido pelo déficit primário, acrescido dos juros reais da dívida passada. Constitui-se, deste modo, no déficit total ou nominal, excluindo a correção monetária e cambial. É considerada a medida mais adequada para refletir as necessidades reais de financiamento do setor público.

Existe ainda o conceito de déficit de caixa, que omite as parcelas do financiamento do setor público externo e do resto do sistema bancário, bem como fornecedores e empreiteiros. É a parcela do déficit público financiada pelas autoridades monetárias. Trata-se do conceito de menor utilidade para efeitos de avaliação de política econômica, já que podemos até encontrar um superávit, porém, devido, por exemplo, à postergação de dívidas para o período seguinte (o que, aliás, é uma prática comum no setor público brasileiro).

Finalmente, pode-se considerar que o déficit é um fluxo, uma variação de um estoque ao longo de um período determinado. Esse valor é considerado em função do PIB do país, permitindo a comparação com a situação de outros países e a avaliação do excesso de despesa do país em relação a sua riqueza. Normalmente, avalia-se o déficit anualmente, caracterizando qual foi a necessidade de financiamento do setor público (NFSP) naquele período. A existência de déficits é um fator que influencia o aumento do endividamento público e sempre será financiado pelo aumento desse endividamento ou por emissão de moeda.

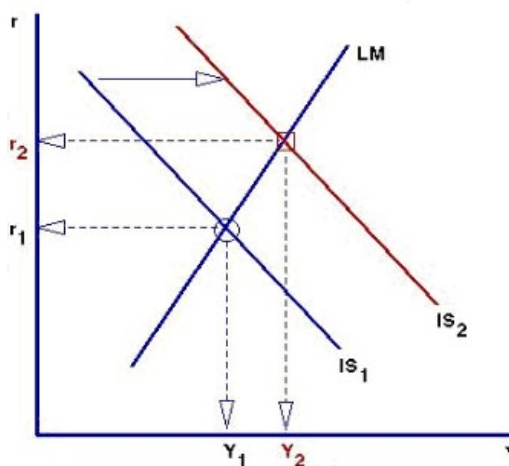
2.2 POLÍTICA FISCAL E SEUS IMPACTOS SOBRE O SISTEMA ECONÔMICO: UMA ANÁLISE DA LITERATURA BÁSICA DE MACROECONOMIA

A teoria keynesiana atribui ao Estado um papel relevante na determinação do crescimento econômico de um país através de suas intervenções diretas ou indiretas. No âmbito das intervenções indiretas, vale à pena destacar o papel da política fiscal e da política monetária enquanto instrumentos amplamente utilizados

pelos governos para a promoção da estabilidade de preços e do nível de produção/emprego¹.

Na visão Keynesiana, um aumento no déficit público leva a um deslocamento da curva IS, que representa o lado real da economia, e pressiona o mercado monetário elevando a taxa de juros que amortece a renda². Se o governo adota uma política fiscal expansionista, como se pode observar na figura 1 haverá um aumento da taxa de juros aumento a renda, provocando um deslocamento positivo da curva IS (IS_1), passando de (r_1, Y_1) para (r_2, Y_2) , constituindo uma nova curva IS_2 .

FIGURA 01
EFEITO DE UMA POLÍTICA FISCAL EXPANSIONISTA:
MODELO IS-LM



Em síntese, na visão keynesiana a redução dos impostos (ou um aumento nos gastos) leva a um deslocamento da curva IS e pressiona o mercado monetário LM elevando a taxa de juros o que reduz o impacto sobre a renda. A elevação na taxa de juros reduz os gastos com investimento privado e, portanto, reduz a expansão do produto. Este efeito é conhecido na literatura como *crowding out*³ ou efeito deslocamento.

¹ Pleno emprego.

² Nesse modelo, tem-se a determinação da taxa de juros e do nível de renda nacional que asseguram o equilíbrio conjunto do lado monetário e do lado real da economia. Onde a curva IS representa o conjunto de combinações de taxa de juros e renda mantendo uma relação inversa entre nível de produto (Y) e a taxa de juros real (r) e equilibram o mercado de bens e serviços, quanto maior a taxa de juros, menor a renda. A curva LM, representa o conjunto de combinações de taxa de juros (r) e renda que equilibram o mercado monetário e, por consequência, o mercado de títulos, mantendo uma relação inversa entre o nível de produto (Y) e a taxa de juros (r) (LEITE, 2000).

³ Efeito *crowding out*: quando o governo faz política expansionista há uma elevação dos juros e, portanto, uma redução dos gastos com Investimento.

O quadro 1 elaborado por GREMAUD (2007) apresenta uma síntese dos elementos que promovem alterações na posição do equilíbrio do mercado de bens e monetário. Vale à pena destacar a importância dos instrumentos de política econômica, tanto de natureza fiscal, quanto monetária para a determinação destes deslocamentos e a conseqüente alteração no nível de renda de equilíbrio.

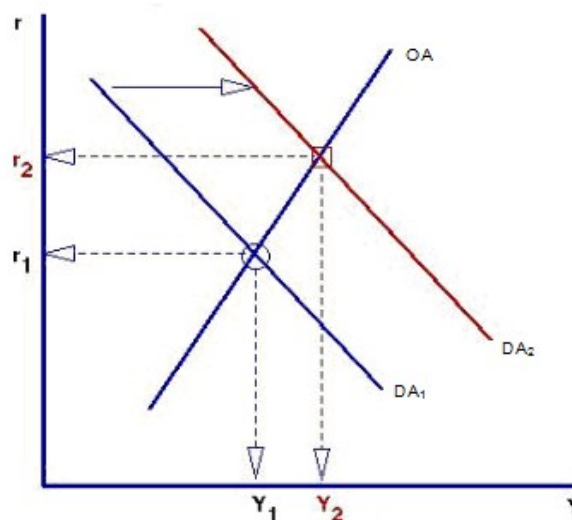
Quadro 1
DESLOCAMENTO DA IS-LM E SEUS EFEITOS NA ECONOMIA

| Mudança | Deslocamento | Taxa de Juros | Renda |
|--|--------------------|---------------|---------|
| Aumento do Gasto Público | IS para a Direita | Aumenta | Aumenta |
| Redução do Gasto Público | IS para a esquerda | Diminui | Diminui |
| Aumento de Impostos | IS para a esquerda | Diminui | Diminui |
| Redução de Impostos | IS para a Direita | Aumenta | Aumenta |
| Aumento no Grau de Confiança do Consumidor | IS para a Direita | Aumenta | Aumenta |
| Queda na Confiança do Consumidor | IS para a esquerda | Diminui | Diminui |
| Melhora das Expectativas – Investimento | IS para a Direita | Aumenta | Aumenta |
| Piora nas Expectativas de Investimento | IS para a esquerda | Diminui | Diminui |
| Aumento da Oferta de Moeda | LM para a direita | Diminui | Aumenta |
| Diminuição da Oferta de Moeda | LM para esquerda | Aumenta | Diminui |
| Diminuição na taxa de reservas bancárias | LM para direita | Diminui | Aumenta |
| Aumento nas Reservas Bancárias | LM para esquerda | Aumenta | Diminui |

Fonte: GREMAUD (2007)

O modelo IS-LM, no entanto, possui uma limitação importante, ou seja, mantém constante, por hipótese o nível de preços. O modelo de oferta e demanda retira esta hipótese simplificadora. Neste caso, a promoção de uma política fiscal expansionista amplia a demanda agregada e, dada a inclinação positiva da curva de oferta, acaba por aumentar preços e o nível de atividade. Note, portanto, que a expansão fiscal tem um impacto negativo sobre o sistema, de acordo com este modelo, qual seja o de elevar os preços na economia. A figura 2 apresentada abaixo resume este raciocínio.

FIGURA 02
EFEITO DE UMA POLÍTICA FISCAL EXPANSIONISTA:
MODELO DE OA E DA



De acordo com a literatura básica de macroeconomia, a promoção de uma política fiscal expansionista, que promova um déficit público, tem como consequência, ao menos no curto prazo, a ampliação do nível de renda e da taxa de juros. Da mesma forma, seguindo o modelo de oferta e demanda, a promoção de uma política fiscal expansionista promove a ampliação da renda e dos preços.

Outro elemento importante destacado pela literatura econômica em relação aos impactos do déficit público na economia, diz respeito ao tema do financiamento do déficit e seu impacto sobre o sistema de preços. Curado (2008) apresenta a relação da seguinte forma. Existem duas formas de financiar o déficit público: emissão de moeda ou endividamento. O financiamento via emissão de moeda tem, no entanto, um impacto inflacionário se a velocidade de expansão dos meios de pagamento superar a velocidade de expansão do produto físico da economia. Esta construção encontra-se assentada na velha “teoria quantitativa da moeda (TQM)”. Esta teoria afirma que o produto nominal deve se igual ao total de meios de pagamento multiplicado pela velocidade-renda de circulação da moeda. Desde que, por hipótese, considere-se o produto físico e a velocidade-renda constantes, uma ampliação na quantidade de meios de pagamento deve, de acordo com a TQM, gerar uma expansão dos preços.

Embora a TQM, de acordo com Curado (2008) necessite de provas empíricas, sua utilização é bastante vasta. Durante a elaboração do Plano Real, por

exemplo, a causa inflacionária relacionado com a emissão de moeda para financiar o déficit público foi destacada como um dos principais determinantes da inflação brasileira. Não foi por acaso que a primeira fase do Plano Real, de acordo com Oliveira (2002) foi inteiramente concentrada no combate ao desequilíbrio fiscal brasileiro.

Em síntese, a política fiscal e seus efeitos sobre o sistema econômico são amplamente discutidos pela literatura econômica. Nesta breve revisão, buscou-se apenas destacar aqueles pontos considerados essenciais e que compõem o instrumental básico de análise dos economistas. No próximo capítulo será abordado o tema da evolução das finanças públicas para o caso concreto brasileiro.

3. A EVOLUÇÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS NO BRASIL, O PLANO REAL E A DÍVIDA PÚBLICA NO CENÁRIO MACROECONÔMICO

Este capítulo é dedicado ao estudo da evolução de algumas variáveis selecionadas das contas públicas no Brasil. Não obstante, num primeiro momento, a título de introdução discute-se a evolução, em perspectiva histórica, da intervenção do Estado na economia brasileira. Na seqüência é desenvolvido, ainda que brevemente, o cenário mais geral de funcionamento da economia brasileira após a implantação do Plano Real em julho de 1994. Este trabalho justifica-se do ponto de vista de que boa parte do comportamento da política fiscal pode ser entendida como um reflexo da política monetária e cambial utilizada no período. Finalmente, na última seção apresenta a evolução do resultado primário nominal e da dívida pública brasileira.

3.1. A INTERVENÇÃO DO ESTADO NA ECONOMIA BRASILEIRA

Segundo Giambiagi (2008), até o século XVII, a intervenção estatal era mínima. A falta de um maior controle estatal proporcionou o desenvolvimento do setor privado com orientação comercial. A situação modificou-se com a descoberta de ouro no século XVIII, quando a metrópole passou a controlar mais de perto a colônia.

Com a vinda da corte portuguesa para o Brasil no início do século XIX, aumentou o interesse no desenvolvimento da colônia.

Na época, a principal atividade econômica era a agricultura. Os principais objetivos do governo eram a expansão da atividade agrícola; a preservação de boas relações com o capital estrangeiro; e a estabilidade econômica. Quanto à indústria, esta era ainda muito incipiente. Os primeiros investimentos em um sistema básico de transportes e utilidades públicas ficaram sob responsabilidade do capital estrangeiro, entretanto a intervenção do Estado foi essencial, à medida que garantia uma rentabilidade mínima para os investimentos estrangeiros.

Ainda segundo Giambiagi (2003), outro fator que explicou o aumento da intervenção estatal, tanto nas ferrovias quanto em outros serviços de utilidade pública, foi o controle governamental das tarifas. Ao longo do tempo, essa segunda preocupação adquiriu importância crescente. Assim, as tarifas controladas

refletiram-se em taxas de rendimento consideradas baixas para as empresas privadas garantirem a expansão e manterem adequadamente a rede ferroviária. Com o governo cada vez menos propenso a garantir a taxa de lucratividade, a estatização gradual tornou-se um desfecho natural.

Ainda conforme Giambiagi (2003) percebe-se que a crise de 1930 marca uma verdadeira mudança de mentalidade no comportamento dos governos brasileiros. Aconteceu grande prioridade a industrialização, principalmente, em virtude das dificuldades nas relações comerciais com o exterior, resultado da guerra e da grande depressão de 1930.

Observa o autor que neste período, a União assumiu a responsabilidade, anteriormente dos Estados, pela sustentação dos preços do café, o que significou que pela primeira vez o governo federal se engajava diretamente na fixação de preços e no controle da produção de um setor na economia.

O período foi marcado também pela adoção de novos mecanismos de intervenção no sistema de preços. Em 1937 foi também criado a carteira de crédito agrícola e industrial do Banco do Brasil, o que significou a oferta de empréstimos de prazo mais longo para estabelecimentos industriais, de grande importância para o desenvolvimento econômico do país.

Já no período de 1940 a 1950, segundo Giambiagi (2003) este foi caracterizado pelo início da formação do setor produtivo estatal. Havia na época a preocupação em garantir o andamento do processo de industrialização, para o que era importante que não houvesse falta de insumos industriais.

Em 1941 foi criada Companhia Siderúrgica Nacional (CSN)⁴, esta tornou um símbolo do compromisso do governo com o desenvolvimento econômico. No ano seguinte foi criada a Companhia Vale do Rio Doce, em 1943, começou a funcionar a Fábrica Nacional de motores (FNM), em 1952 surgiu o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), e no mesmo ano em que foi criada também a Petrobrás.

O Plano de Metas, implantado a partir de 1956, no governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira representou o primeiro grande esforço de planejamento pró-industrialização do país. O plano priorizava o aprofundamento da estrutura industrial e a construção da infra-estrutura necessária para tal objetivo. Ao estado caberia o setor de energia/transporte e em algumas atividades industriais básicas, além dos

⁴ A CSN é a maior indústria siderúrgica do Brasil e da América Latina e uma das maiores do mundo. A empresa foi uma estatal até 1993.

incentivos aos investimentos privados para a expansão e diversificação da indústria de transformação, com ênfase nos setores produtores de insumos básicos e bens de capital.

O esforço de investimentos foi calcado no chamado “tripé”, composto pelos capitais estatal, multinacional e privado nacional. Os dois principais “pés” eram os investimentos estatal e multinacional. Ao capital privado nacional coube, principalmente, o investimento em setores de distribuição e fornecedores para as grandes empresas multinacionais e estatais. Serra (1981) destaca que esta divisão do trabalho não foi aleatória. Em realidade, o capital privado nacional não tinha as condições mínimas de acumulação de capital e de desenvolvimento tecnológico para implantar, de modo tardio em relação aos processos originários de industrialização, os setores dinâmicos da economia. Coube ao Estado às inversões de maior volume de capital, taxas de lucros mais reduzidas e maior prazo de maturação. Assim, boa parte do desenvolvimento da infra-estrutura econômica e da produção de bens intermediários acabou ficando sobre a responsabilidade das grandes empresas estatais.

Os anos 1950 testemunharam também, a difusão dos controles de preços. Em relação às tarifas de utilidade pública, havia um interesse em mantê-las em níveis baixos a fim de promover o crescimento industrial e subsidiar o consumidor. Sendo assim, o Estado passou gradualmente a assumir a responsabilidade pelas atividades como geração e distribuição de eletricidade, transporte público e telecomunicações.

Ainda segundo a mesma fonte, ao longo das décadas de 1960 e 1970, o setor público prosseguiu ampliando sua participação direta no setor produtivo a fim de ocupar os “espaços vazios” da estrutura industrial. Neste sentido, continuou sendo fundamentalmente a aliança feita entre militares e tecnocratas. No mundo, este período, também marca o auge da participação estatal na economia. Giambiagi (2008, p. 70) destaca que entre razões específicas do período para a expansão das empresas estatais no Brasil, encontram-se:

A política de inflação corretiva de meados dos anos 1960, que aumentou a disponibilidade de recursos; o “efeito-composição”, associado ao fato de que as estatais atuavam nos setores que lideravam o crescimento na época, ligados à expansão da taxa de investimento; A abundante oferta de recursos dos organismos multilaterais; proliferação do processo de criação de subsidiárias a partir de uma “estatal-mãe”; e a liberdade administrativa das empresas para contratar e pagar salários elevados.

O Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento, também conhecido, como II PND foi lançado em 1974, o que garantiu a continuidade de altas taxas de crescimento real do PIB até o final da década de 1970. O principal objetivo era promover o desenvolvimento dos setores produtores de insumos básicos e de bens de capital, que apesar das iniciativas anteriores ainda permaneciam pouco desenvolvidos. A idéia era complementar o processo de substituição de importações, tornando o país menos vulnerável aos choques externos. O II PND representou o auge da intervenção pública através das empresas estatais e também se constituiu no início da crise do setor produtivo estatal.

Rezende (2001) destaca que o grande montante de investimentos sob a responsabilidade do sistema Eletrobrás, da Petrobras, da Siderbrás, da Telebrás e de outras empresas públicas representava o pilar do plano, tanto por sua função estratégica quanto por suas encomendas que geravam vários projetos de investimentos junto ao setor privado. O objetivo era manter o investimento estatal nas áreas clássicas de infra-estrutura econômica e serviços públicos, desenvolvimento social e os setores previamente transformados por lei em monopólios do Estado, enquanto que o setor privado caberia a responsabilidade exclusiva por toda a indústria manufatureira.

As empresas estatais foram os principais instrumentos utilizados para a manutenção da estratégia de “crescimento com endividamento”. O II PND, também foi bem sucedido no que diz respeito aos ganhos de dólares no comércio exterior.

Nos anos 80 a economia encontra-se perplexa, turbulenta, surgem diversos planos para tentar conter a inflação e fazer a economia como um todo crescer, porém, sem sucesso no efeito desejado. Somente nos anos 90 é que surge um plano, cujo resultado foi positivo, tanto no que tange o combate a inflação, quanto ao crescimento da economia, plano este, que até os dias atuais (2009) sente-se o resultado, denominado Plano Real. Portanto, dando continuidade ao trabalho será inserido comentários sobre os resultados do mesmo.

3.2. A DÉCADA DE 90, O PLANO REAL E SEUS EFEITOS SOBRE A ECONOMIA BRASILEIRA

3.2.1. Considerações Gerais

A década de 90 marca uma profunda alteração no papel do Estado sobre a economia. Sob a égide do discurso liberal de aumento da eficiência e da produtividade econômica foi conduzido, através do sistema BNDES, o Programa Nacional de Desestatização. Seu objetivo explícito era reduzir a participação do Estado brasileiro enquanto interventor direto sobre a alocação de recursos da economia, já que esta poderia ser feita de modo mais eficiente pelo setor privado.

Buscava-se, portanto, alterar o papel do Estado na economia. Seu novo papel seria o de regulador e coordenador das atividades econômicas e não mais de interventor direto na produção de bens e serviços. A privatização de um amplo conjunto de empresas públicas promoveu de forma extremamente rápida, uma profunda alteração na divisão do trabalho estabelecida desde o Plano de Metas do governo JK, em que se destaca a substancial redução da participação do Estado brasileiro na produção de bens e serviços.

A década de 90, também, foi marcada pelo sucesso no combate ao processo inflacionário que há décadas assolava a economia brasileira. Conforme discorre Oliveira (2000), em 1994, o então ministro Fernando Henrique Cardoso, do Governo Itamar Franco, lançou o Plano Real, que se destacou por buscar a estabilização sem medidas heterodoxas, como o congelamento de preços e salários. As medidas visavam conter os gastos públicos, acelerar o processo de privatização das estatais, controlar a demanda por meio da elevação dos juros e pressionar diretamente os preços pela facilitação das importações. Com o Plano, a moeda mudou para o Real. No médio e longo prazo, o programa previa a continuação da abertura econômica do país e medidas de apoio à modernização das empresas.

Não há, a rigor, uma trajetória linear nesses últimos anos, pois o Plano Real passou por mudanças significativas que permitem estabelecer períodos distintos em sua evolução. Nos primeiros dezoito meses, seus resultados foram bastante positivos em várias frentes: ocorreu uma desinflação progressiva, interrompendo-se o processo hiperinflacionário que desestabilizava intensamente a economia; o nível de atividade acelerou-se, ampliando o emprego e reduzindo as taxas de

desemprego; a renda apresentou um crescimento que há muito não se via no cenário econômico; a distribuição da renda desconcentrou-se e a pobreza diminuiu, principalmente, após a elevação do salário mínimo, em maio de 1995.

No entanto, essa fase de prosperidade foi rapidamente interrompida, após o enfrentamento da primeira crise gerada pela sobrevalorização da moeda nacional. Em março de 1995, para interromper uma fuga de capitais provocada pela crise do plano de estabilização mexicano, o governo adota medidas recessivas (corte no crédito e choque nos juros), além de uma mudança no regime cambial. Os efeitos dessas medidas foram imediatos sobre o comportamento do emprego e da produção industrial, que inicia uma longa queda, mas demoraram em atingir os outros setores, devido à inércia do intenso crescimento do PIB, que chega a mais de 10% no primeiro trimestre de 1995.

Observa Oliveira (2000), que o quadro se modifica a partir de 1996. Por um lado, a desinflação continua, mas por outro, a trajetória de crescimento e desconcentração da renda é interrompida. O desemprego passa a evoluir de forma dramática e agrava-se a cada choque de juros adotado. A estabilidade monetária não é acompanhada por uma efetiva estabilidade econômica, pois o nível de atividade passa por várias mudanças abruptas.

Em outubro de 1997, novo choque de juros é realizado para manter a política de sobrevalorização da moeda, abalada, pela crise asiática, que atingiu a Tailândia, Coréia, Indonésia e Hong Kong. Passado esse momento, menos de um ano depois, a crise da moratória russa atinge novamente a economia brasileira, a partir de agosto de 1998. O governo segue o mesmo caminho e procede a partir de novembro outro choque de juros. Desta vez, a política não funcionou e a fuga de capitais não foi interrompida. Mas os efeitos sobre a renda e o desemprego foram drásticos: o PIB cai pela primeira vez desde o início do Plano, o rendimento médio dos ocupados passa a regredir e o desemprego supera os recordes dos últimos quinze anos.

Ainda segundo o autor acima citado, o governo articula, então, um acordo com o FMI e países desenvolvidos e consegue uma linha de crédito de US\$ 41 bilhões, para impedir o ataque à moeda nacional. No entanto, esse acordo, que submete o Brasil ao controle do FMI, não impediu o colapso da política cambial e a partir de janeiro, após uma mal sucedida tentativa de mudar o regime cambial, o mercado impôs a adoção da flutuação do real. Na prática, isso significou uma

maxidesvalorização, que pôs fim à sua âncora cambial e, do ponto de vista de sua racionalidade, ao próprio Plano Real.

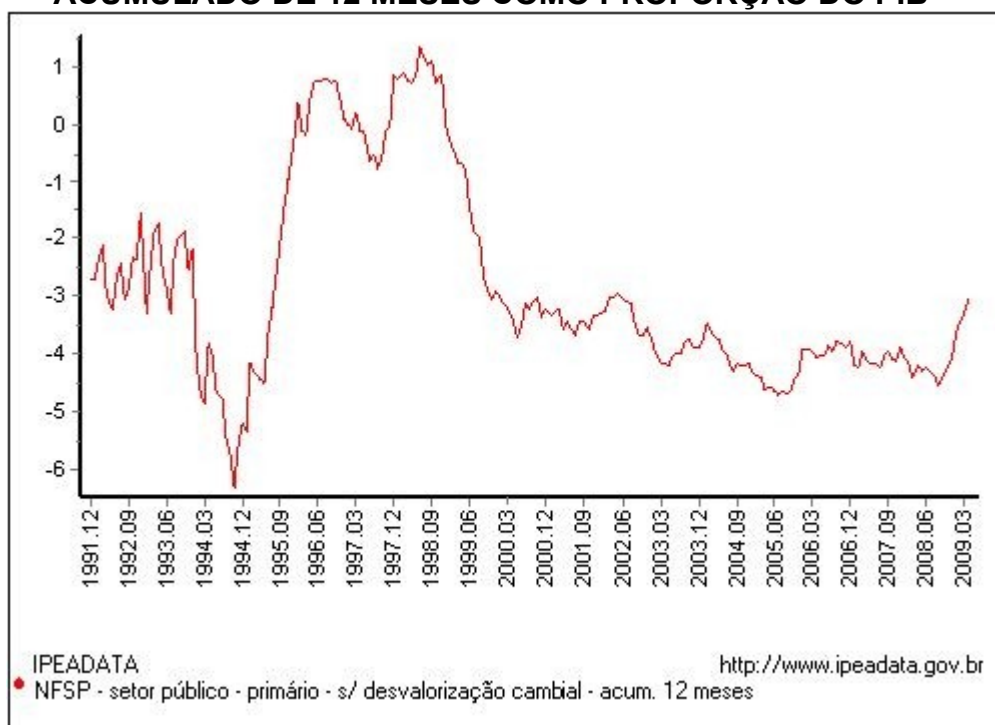
Ocorre absorção do ajuste cambial. Houve um salto nos preços e taxas de inflação, que se por um lado não apresentam evolução explosiva, por outro são suficientes para corroer os salários de forma significativa, que assim voltam rapidamente aos níveis reais anteriores ao Plano Real. Também inicia-se a construção de uma nova âncora de estabilização, através da política monetária orientada por metas inflacionárias (*inflation targeting*). Desta forma, uma nova fase da política econômica é inaugurada, caracterizada pelo câmbio flutuante e o *inflation targeting* e por uma promessa de ajuste fiscal, ainda a ser equacionada por uma reforma tributária em discussão no Congresso Nacional.

3.2.2. A Política Fiscal após a implementação do Plano Real

Nesta parte do capítulo será discutida a política fiscal no Brasil após a implementação do Plano Real em julho de 1994. Por se tratar de um tema muito amplo, a estratégia utilizada consiste em promover uma análise sintética de algumas variáveis centrais da política fiscal. Especificamente pretende-se discutir a evolução do déficit público primário, nominal e da dívida pública. Na sequência pretende-se apresentar os elementos explicativos para o comportamento destas variáveis.

A primeira variável analisada é o resultado primário das contas públicas. Utiliza-se para tanto os dados disponíveis no Ipeadata sobre o comportamento da Necessidade de Financiamento do Setor Público no Conceito primário como proporção do PIB. A figura 3, abaixo apresenta a sua evolução para o período que se estende de dezembro de 1991 até março de 2009.

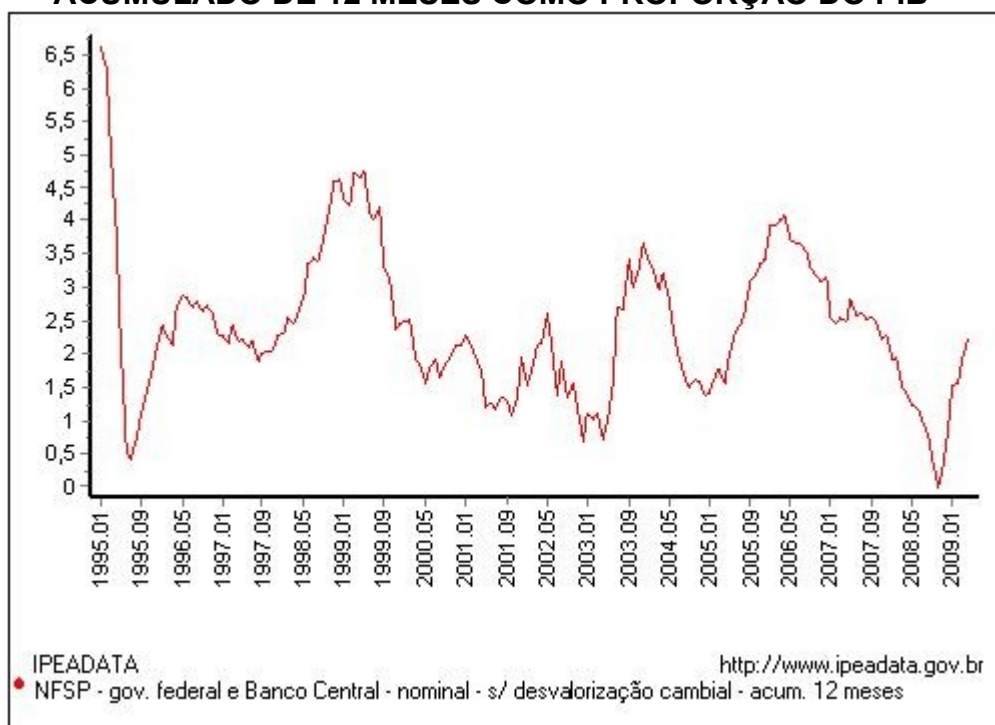
FIGURA 03
NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO PRIMÁRIA DO SETOR PÚBLICO SEM
DESVALORIZAÇÃO CAMBIAL
– ACUMULADO DE 12 MESES COMO PROPORÇÃO DO PIB –



Como pode ser observado, ao longo de todo o período apresentado na figura 3, com pequenas exceções, a Necessidade de Financiamento do Setor Público no conceito primário como proporção do PIB foi negativa. Isto significa que ao longo deste período, via de regra, o setor público brasileiro obteve superávit no conceito primário. A exceção a esta regra encontra-se no período imediatamente posterior à implementação do Plano Real, mais especificamente entre 1995 e 1998. Outro aspecto importante, muitas vezes negligenciado, é que antes da implementação do Plano Real o setor público no Brasil já obtinha superávit primário consistentemente, o que põe em dúvida a visão de alguns autores de que o esforço para promoção do equilíbrio fiscal, pelo menos no conceito primário, ocorreu apenas após a implementação do Plano Real.

A trajetória recente da Necessidade de Financiamento do Setor Público avaliada em termos nominais é apresentada na figura 4.

FIGURA 04
NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO NOMINAL DO SETOR PÚBLICO COM
DESVALORIZAÇÃO CAMBIAL
– ACUMULADO DE 12 MESES COMO PROPORÇÃO DO PIB –



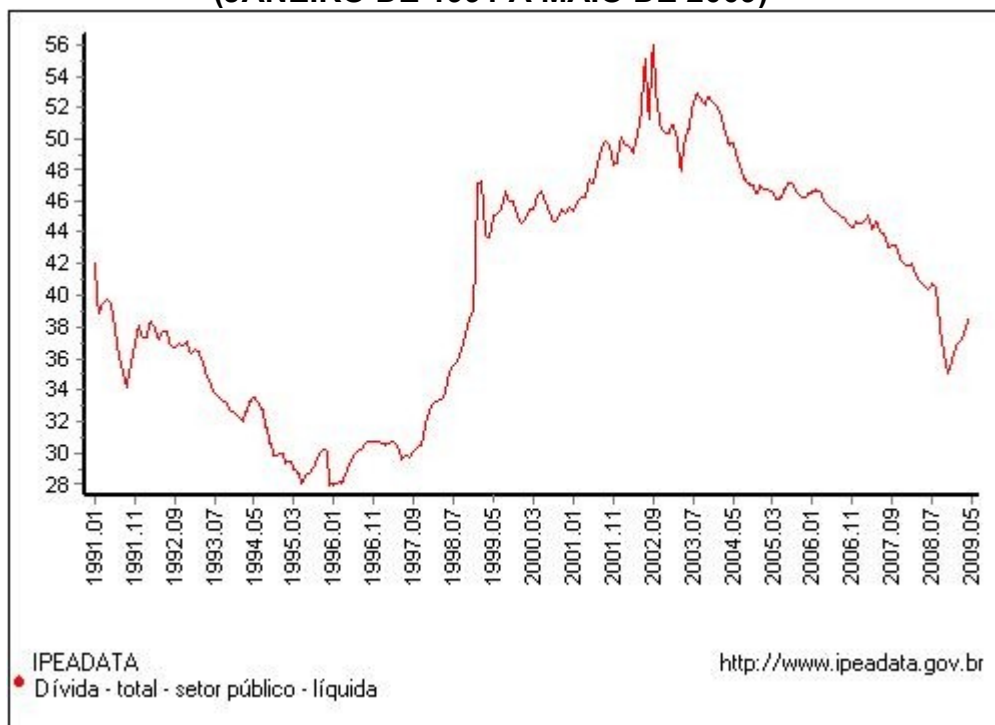
Como se pode verificar, ao contrário da medida em termos primários, a Necessidade de Financiamento em termos nominais, que inclui os efeitos dos componentes financeiros (juros, correção monetária e cambial) da dívida pública acumulada, foi sistematicamente positiva ao longo de todo o período analisado, o que implica na ocorrência de um déficit nominal do setor público brasileiro. É evidente que o componente financeiro contribui amplamente para que ocorra os desequilíbrios fiscais, no caso específico, brasileiro.

A evolução da dívida total do setor público brasileiro é apresentada na Figura 5. Como podemos observar, a tendência de queda da variável como proporção do PIB apresentada ao longo dos primeiros anos da década de 1990 foi revertida a partir da implementação do Plano Real. Seu crescimento foi particularmente acelerado a partir do final do ano de 1997. Não por acaso este foi o ano em que as condições de liquidez internacional para os países emergentes foram profundamente alteradas a partir da ocorrência dos ataques especulativos contra os países do sudeste da Ásia.

Vale lembrar que, tendo em vista a opção pelo controle da taxa de câmbio, o governo brasileiro acabou utilizando a política monetária contracionista para

manter a atração do capital externo necessário para permitir até janeiro de 1999 o controle da taxa de câmbio.

FIGURA 05
DÍVIDA TOTAL DO SETOR PÚBLICO – LÍQUIDA COMO PROPORÇÃO DO PIB
(JANEIRO DE 1991 A MAIO DE 2009)



Por outro lado, a partir de janeiro de 1999, o abandono da administração do câmbio acabou permitindo, num sistema de taxas de câmbio flexíveis, uma profunda desvalorização da moeda nacional, ampliando o peso da dívida indexada ao câmbio no total da dívida total do setor público. Vale lembrar que em 1999, de acordo com dados do Banco Central do Brasil, aproximadamente 30% da dívida pública interna brasileira era indexada ao câmbio.

Não nos parece surpreendente que a combinação posterior de queda de taxa de juros e valorização da moeda, tenha contribuído de forma decisiva para o rápido decréscimo da relação dívida/PIB. Da mesma forma, também é necessário lembrar que o bom desempenho do PIB nos últimos três anos favoreceu a queda desta relação.

O ponto que parece relevante neste momento é destacar que a análise da política fiscal, particularmente do comportamento da dívida pública e da Necessidade de Financiamento do Setor Público, no conceito nominal, não pode ser realizada sem levar em consideração suas relações com a política cambial e a política monetária. Em outras palavras, a evolução do desequilíbrio fiscal brasileiro encontra-se diretamente vinculado a utilização de taxas de juros reais extremamente

elevadas durante todo o período analisado e da profunda instabilidade observada no comportamento da taxa de câmbio a partir de janeiro de 1999.

Giambiagi (2003) enfatiza outros elementos na explicação da elevação da dívida pública e da evolução dos resultados primários e nominais. Para o autor, as fontes principais de desequilíbrio do setor público não se encontram vinculadas com o comportamento das políticas monetária e cambial, mas sim a expansão dos gastos correntes do governo, particularmente a expansão dos gastos previdenciários.

4. A EVOLUÇÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS NO PARANÁ NAS ÚLTIMAS DÉCADAS

Este capítulo é dedicado ao estudo da evolução recente das finanças públicas no Paraná. Inicialmente, pretende-se apresentar alguns elementos básicos, em caráter introdutório, sobre as características essenciais do Estado do Paraná. Na sequência apresenta-se a evolução recente do Estado. Finalmente, o capítulo apresenta a evolução de algumas variáveis selecionadas da economia do Estado relacionadas ao tema das finanças públicas.

4.1. A ECONOMIA PARANAENSE

O Paraná é um estado demograficamente bem distribuído com 399 municípios. Oferece uma paisagem de planaltos agricultáveis e núcleos urbanos progressistas. Uma de suas características é a riqueza hidrográfica. São muitos rios, as Cataratas do Iguaçu e a Hidrelétrica de Itaipu, a maior do mundo.

Cortado pelo trópico de Capricórnio, o Paraná apresenta um clima de transição entre os regimes tropical, que domina as regiões Norte, Oeste e Litoral, com temperaturas médias de 22°C, e o subtropical, que domina as regiões Centro-Sul, com temperaturas médias entre 10°C e 20°C. A temperatura, média do Estado é de 18°C, com chuvas mais freqüentes no verão e menos intensas no inverno. Já houve ocorrência de neve no Sul.

Nas primeiras décadas do século XVII, o atual território paranaense desperta grande interesse de portugueses e brasileiros, que descobrem haver ouro a ser explorado em algumas áreas da região. Há também, a intensificação do apresamento indígena pelos bandeirantes paulistas. Até então, colonos e jesuítas espanhóis são os principais povoadores de Paranaguá, no litoral, e Curitiba, no planalto, as duas vilas mais importantes.

No século XVIII, a consolidação e a expansão das atividades mineradoras em Minas Gerais, relegam o Paraná a uma posição secundária. Subordinado à capitania de São Paulo, o Paraná mantém sua economia limitada à agropecuária de subsistência.

A província torna-se independente em 1853, e no final do mesmo século a economia paranaense é impulsionada pelo cultivo da erva-mate, seguido

da exploração madeireira e das lavouras de café. O crescimento econômico continua no começo do século XX, com a construção de ferrovias e grande aumento populacional, baseado na migração interna proveniente do Rio Grande do Sul, de São Paulo, de Minas Gerais, de estados do Nordeste e da imigração estrangeira, principalmente de italianos, alemães, poloneses e japoneses. Esse rápido desenvolvimento – que não aconteceu sem conflitos, como a Guerra do Contestado, entre 1912 e 1916 – está ligado à expansão cafeeira, sobretudo nas férteis terras roxas do norte do estado. Nesse período têm papel destacado grandes companhias de colonização, como a inglesa *Paraná Plantation*, concessionária de 500.000 ha de terras para exploração direta e para projeto de colonização destinado a pequenos proprietários. Em sua área de atuação surgem as cidades de Londrina e Maringá.

4.1.1. A ocupação do território paranaense a partir do século XVII

Para se entender o estágio da economia atual paranaense, faz-se necessário observar aspectos históricos desde a ocupação do Estado.

Segundo o autor Carlos Eduardo Dias CAMARGO:

A agricultura consiste em todas as atividades e processo de transformações promovidas pelo homem, por meio do seu trabalho, no meio ambiente (solo, luz solar, água, flora e fauna). Sua finalidade é produzir alimentos e matérias-primas de origem vegetal (fibras, madeiras etc.) e animal (lã, couro, etc.), que a humanidade tanto necessita, através do cultivo das plantas e da criação de animais (CAMARGO, 1986, P. 11).

Após análise de algumas obras, verificou-se que o território paranaense, como a grande maioria do território brasileiro, foi sendo ocupado gradativamente, sendo que de início caracterizou-se pela atividade extrativa, e posteriormente para a agricultura propriamente dita.

Atraídos pela existência de ouro de aluvião na baía de Paranaguá, nos rios que cortam a Serra do Mar e no planalto de Curitiba, mineradores paulistas penetraram o território paranaense no século XVII, inaugurando desta forma a primeira frente de ocupação registrada pela história do Paraná, conforme atesta BERNARDES:

Os vicentistas rebuscando o litoral paulista à cata de ouro foram os primeiros povoadores do atual território paranaense. Moradores de Iguape, explorando as margens da baía de Paranaguá, descobriram aluviões auríferas nos córregos e rios que descem a serra do Mar e nos anos de 1630-1640 formavam os primeiros arraiais litorâneos. O principal deste eles seria

futuramente a cidade de Paranaguá. Simultaneamente mineiros, também vicentistas, progredindo pelo vale profundo do rio Ribeira alcançaram seu afluente, o Açungui, e pouco mais tarde atingiram o planalto curitibano. Deste modo formaram-se os dois primeiros núcleos da população paranaense: o Açungui e Paranaguá (BERNARDES, 1953).

Registros históricos indicam que pelo menos cem anos antes da descoberta de ouro pelos mineradores paulistas, os espanhóis, na condição de senhores de todas as terras localizadas a oeste do Tratado de Tordesilhas, penetraram o território paranaense através do Paraguai e esboçaram a fundação de vilas com fins políticos e estratégicos. Segundo Pedro C. PADIS (1981, p.15):

Essa ocupação, pela própria circunstância, vinha do interior para o mar. Com efeito, o governador do Paraguai, por volta de 1554 resolveu fundar vilas no território, hoje paranaense, com tripla finalidade: a de subordinar cerca de 200.000 índios que habitavam a região de Guaíra; a de deter a penetração portuguesa que se processava além da linha demarcatória do Tratado de Tordesilhas e, finalmente, a de estabelecer uma saída marítima para o Atlântico, através da Baía de Paranaguá.

A penetração dos espanhóis, no entanto, não se constitui em processo de ocupação efetiva do espaço paranaense.

É certo que tanto no caso dos espanhóis, quanto no caso dos mineradores paulistas, a penetração em território paranaense embutiu interesses que se distanciavam da posse da terra “descoberta”. Tal tipo de interesse vai ocorrer em 1614, quando da concessão da primeira carta de sesmaria no Paraná, beneficiando o cidadão paulista Diogo Unhates. A carta foi assinada em nome da Coroa portuguesa pelo capitão-ouvidor de Santos, Pedro Cubas, e dava direito de propriedade a Diogo Unhates sobre extensa faixa de terras na Baía de Paranaguá, litoral paranaense.

Ainda, segundo o mesmo autor, a sesmaria se constituiu em um referencial para estudos voltados aos processos de repartição e apropriação da terra agrícola no Paraná; paralelamente, os mineradores paulistas é que vão se constituir nos primeiros povoadores do território, isto considerando que os espanhóis, embora tendo chegado antes, não levaram avante o processo de ocupação que iniciaram no século XV.

No entanto, o sistema, de sesmaria com o passar do tempo mudou para outras formas jurídicas e até mesmo não-jurídicas de acesso à propriedade da Terra, enquanto que a primeira frente de ocupação sobe a Serra do Mar, atinge o planalto de Curitiba e a zona dos Campos Gerais para continuar avançando no sentido Oeste.

Quanto à extração de ouro, a atividade entra em crise por volta dos anos 1720 e 1730 sendo substituída, quando o movimento expansionista atinge o planalto de Curitiba, por novas alternativas econômicas, caso da pecuária extensiva, do tropeirismo e da extração e beneficiamento de madeira e erva-mate. A atividade vaqueira absorve, inclusive, o trabalhador mineiro que com o fim de mineração preferiu permanecer no Paraná, desistindo de continuar a jornada em direção a novas minas, como afirma Bernardes:

No planalto, sob outras condições naturais, mudou o eixo da economia: a “bateia” foi sendo suplantada pelo “laço”, o “curral” sucedeu a “lavra”, os “arraiais” foram desaparecendo. Os minerais que, renunciando a ambição do ouro não participaram do êxodo para as novas minas, tornaram-se sedentários e transformaram-se em criadores de gado e tropeiros (1953, p. 433).

Esta afirmação demonstra a evolução que houve na ocupação do território paranaense, observando assim os diversos ciclos econômicos até os dias de hoje. Dentro de uma seqüência, natural para a época da ocupação pioneira, segundo Barthelmess (1962, p. 45):

... primeiro se ocuparam do Paraná as terras mais altas e mais frias, não porque fossem altas e frias, mas simplesmente porque eram terras de campo, e a mentalidade econômica da época do povoamento, aqui como em todo o planalto brasileiro, só comportava uma única utilização da terra: a criação extensiva que era de todas as formas de atividade possível a mais econômica do ponto de vista da mão-de-obra e a mais independente em relação aos meios de transporte.

Ainda no século XXI, há resquícios quanto à utilização das terras paranaenses com os mesmos objetivos de épocas passadas.

No final do século XVIII, praticamente todas as terras de campo estavam ocupadas no Paraná, predominantemente pela propriedade, sendo o sistema de sesmarias a base jurídica de repartição fundiária, ao lado de apossamentos à margem dos preceitos legais. Já Westphalen (1968, p. 4), vê que: a comunidade que historicamente se formou no litoral paranaense e no planalto curitibano, ocupou todas as terras de campo que, em largas faixas cercadas por imensas florestas, vão desde Curitiba, pelos Campos Gerais, campos de Guarapuava, campos de Palmas até as atuais divisas entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Explorou ervais e as florestas de araucária a ela associadas. Baseada nos latifúndios campeiros da criação de gado, nos engenhos de beneficiar erva-mate, nas serrarias de pinheiros, formou a sociedade paranaense tradicional que criou o sistema de Província

monárquica e do Estado republicano. Mas não chegou a ocupar todo o território do Paraná.

A ocupação completa do território paranaense foi sendo feita de outras frentes pioneiras que foram surgindo em outras regiões, na medida em que se esgotaram as terras de campo, e as terras cobertas de florestas passaram a despertar interesse econômico de novas comunidades que surgiram.

As zonas de florestas representadas pelos vales do Paranapanema, Paraná, Ivaí e Iguaçu, não foram exploradas no Paraná tradicional, que se preocupou com as áreas de campos. As estruturas agrárias dos Campos Gerais, eixo importante das atividades sócio-econômicas do Paraná, passaram por processos de desagregação, a partir dos fins do século XIX, e outras regiões do Estado começaram a se desenvolver no quadro das novas estruturas que se constituíram (WESTPHALEN, 1968, p.2).

Ao contrário da primeira frente de ocupação, que teve nas pastagens a sua atividade econômica predominante e no regime de sesmarias, a base jurídica de repartição da terra, as novas frentes vão ser sustentadas, em termos econômicos, pela agricultura de mercado interno e externo, sendo a colonização empresarial a base do processo de repartição da terra agrícola (PINHEIRO, 1951).

Segundo modelo de explicação histórica de alguns autores tradicionais, o processo de ocupação completa do território paranaense resultou do deslocamento de três frentes pioneiras: a do Paraná tradicional, a mais antiga, que avançou do litoral para o planalto de Curitiba e depois para a zona dos Campos Gerais; a da região Norte, cujo deslocamento ocorreu na segunda metade do século XIX, sob o impulso da onda cafeeira paulista e a da região Sudoeste, a mais recente, que avançou a partir de meados do século XX, impulsionada pela corrente migratória, originada do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Na década de 1960, todo o território paranaense estava ocupado com o encontro das frentes pioneiras. Esgotadas as fronteiras internas e não mais tendo para onde avançar, as frentes desaparecem deixando como herança uma série de problemas, produtos de distorções ocorridas nas diferentes etapas dos processos de repartição e de apropriação da terra.

4.1.2. Paraná tradicional – Século XVIII

Segundo Bernardes (1953, p. 433) de maneira geral, o processo de apropriação do espaço agrário na região do Paraná tradicional não foi acompanhado pelos processos de ocupação humana e de exploração econômica das terras conquistadas, via de regra, através do regime de sesmaria, isto apesar do compromisso que os sesmeiros assumiam de nelas estabelecer, no prazo máximo de cinco anos, morada habitual e cultural efetiva. Daí a estreita ligação que na primeira frente pioneira paranaense a sesmaria passou a ter com a grande propriedade improdutiva.

Este quadro inicial da ocupação do espaço começa, no entanto, a sofrer algumas alterações a partir das primeiras décadas do século XVIII, não como resultado de alguma conscientização dos sesmeiros ou de algumas iniciativas dos governantes da época, mas pela pura contingência da zona dos Campos Gerais, onde estava a maior parte das sesmarias, ter sido cruzada pelos caminhos de tropas que partindo das zonas de criação do Rio Grande do Sul, Uruguai e Argentina, atingiriam os mercados de Sorocaba, São Paulo. Os caminhos de tropas levaram ao desenvolvimento do tropeirismo e em seguida à criação extensiva de gado que se tornaram a nova base econômica regional, depois da mineração do ouro e, ao mesmo tempo, a primeira atividade econômica das sesmarias.

Algumas das fazendas, pela sua localização estratégica, foram estruturadas para servir de pouso para as tropas em trânsito, sendo que as mais importantes, com o passar do tempo, se transformariam em núcleos urbanos, dando origem a cidades, caso de Ponta Grossa, Castro, Jaguariaíva, Palmeira, Rio Negro e Mafra, na divisa Paraná - Santa Catarina. Por sua vez, em função dos altos lucros que auferia, segundo BarthelMESS:

...o tropeiro, quase um sucessor do sertanista e do criador de gado, paulatinamente tornar-se-ia um elemento de destaque na sociedade local. A ostentação e o luxo começaram a dominar estes homens rústicos, que ornamentavam suas cavalgadas com ricos arreios e as vastas propriedades que possuíam representavam seu prestígio e poder (BARTHELMESS, 1962, p. 45).

Ao contrário do que acontecia antes quando, via de regra os fazendeiros não moravam nas próprias terras, na nova fase eles se fixavam na propriedade e passaram a gerenciar diretamente os negócios com o transporte e a criação de gado. Para Wesphalen (1968, p. 09):

A partir das primeiras décadas do século XIX, a sociedade fundada no latifúndio já se encontrava estabilizada, com a grande família residindo nas fazendas, à base do trabalho escravo, e com a mocidade encontrando nas atividades do tropeirismo a sua forma de participação na vida social

Segundo o mesmo autor o tropeirismo e a criação extensiva, havia então, atingindo a sua fase áurea, sendo que a partir daí passaram a enfrentar alguns problemas para se manterem como atividade econômica principal da região. Entre esses problemas se destacaram:

- a) o esgotamento das terras de campo para onde a pecuária poderia continuar avançando;
- b) a queda na produção das fazendas, consequência do enfraquecimento das terras aliado à escassez de recursos técnicos para a recuperação da fertilidade natural;
- c) a perda dos mercados do Rio de Janeiro e São Paulo para outras zonas de criação;
- d) a concorrência das estradas de ferro que passaram a transportar o gado a partir da divisa com São Paulo e em seguida no próprio território paranaense, o que levou à decadência completa os negócios com o tropeirismo e a invernagem para engorda do gado em trânsito (WESTPHALEN, 1968, p.9).

Observa-se então que em função do declínio da atividade pecuária, passa a justificar o avanço da frente pioneira em direção à zona das matas de araucária, contíguas às de campo.

O povoamento da mata de araucária se fez por efeito da continuidade e sob o estímulo da complementaridade, dentro do quadro local, entre a economia florestal e a campestre, sendo aquela subsidiária desta. O mate e mais tarde a madeira viriam dar um novo sentido econômico autônomo à mata de araucária, completando o quadro do Paraná velho (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 249).

Com as economias baseadas na extração e beneficiamento de madeira e erva-mate entram em ascensão logo que a economia baseada na pecuária começa a decair, deixa de ocorrer na região do Paraná tradicional algum tipo de instabilidade mais abrangente, exceto a localizada que atinge, por exemplo, a classe dos tropeiros. Da mesma forma, o interesse pela terra por parte dos grandes proprietários continua o mesmo, sendo em contrapartida as mesmas as dificuldades de acesso a terra por parte das categorias sociais “menos expressivas”.

Deve ser salientado que no caso específico da atividade madeireira, a sua importância econômica vai se manifestar lentamente no início para ganhar mais força na virada do século XVIII para o século XIX. Já em meados do século XX, pelo menos dois terços dos burros em trânsito pelas estradas rumo aos portos de

Paranaguá e Antonina, no litoral paranaense, “vão carregados de mate e levam muitos milhares de arrobas da estranha erva”. Destaca Wachowicz que no ano de 1858 o Paraná conseguiu comercializar 8 mil toneladas de mate, o equivalente a 70% da produção nacional na época. Parte significativa da produção é no entanto, consumida pelos próprios paranaenses, que assim como os habitantes de outras regiões do País, “descobrem” os encantos do ato de sorver o mate e ficam fascinados por ele.

Mate, mate e mais mate! Essa é a senha do planalto, a senha das terras baixas, na floresta e no campo. Distritos inteiros, aliás, províncias inteiras, onde a gente desperta com o mate, madraceia o dia inteiro com mate e com o mate adormece. As mulheres entram em trabalho de parto e passam o tempo de resguardo sorvendo mate e o último olhar do moribundo cai certamente sobre o mate. É o mate a saudação de chegada, o símbolo da hospitalidade, o sinal da reconciliação. Tudo o que em nossa civilização se compreende com amor, amizade, estima e sacrifício, tudo o que é elevado e profundo (...), tudo está entretecido e entrelaçado com o ato de preparar o mate, servi-lo e tomá-lo em comum (WACHOWICZ: 1982, 62).

A extração e beneficiamento do mate e da madeira de pinho ocorreram praticamente na mesma época e de maneira geral não justificaram grandes investimentos de capital. A diferença básica entre os dois setores é que, enquanto a atividade madeireira envolvia basicamente duas categorias sócio-econômicas, representadas pelo dono da terra e pelo dono da serraria, a atividade mateira envolvida muito mais gente, desde a fase da coleta até a industrialização, do transporte e da comercialização. Vale destacar, por outro lado, que a atividade mateira foi um dos setores econômicos responsáveis pelo desenvolvimento da prática cooperativista na região do Paraná tradicional, isto já em meados do século XX quando a comercialização entra em crise, provocada pela perda do mercado externo para o produto vindo da Argentina e do Paraguai. O cooperativismo foi a saída que os produtores encontraram para, unidos e contando com a ajuda do poder público, suportar e superar a fase crítica.

De maneira geral, pode-se dizer que assim como a atividade pastoril, as atividades mateiras e madeireiras contribuíram para o crescimento econômico da região e ajudaram a consolidar a frente pioneira do Paraná tradicional. A contribuição da extração e beneficiamento da madeira e da erva-mate só não foi mais expressiva porque o poder público, em nenhum momento, foi suficiente para conter a ação dos contrabandistas, principalmente obrageiros, que agiram intensamente na zona das matas de araucária durante a maior parte do ciclo econômico sustentado por estes dois produtos.

Os obrangeiros, na maioria, eram argentinos e paraguaios que, clandestinamente, atuavam na região extraindo madeira e erva-mate e contrabandeando para seus países de origem através dos leitos navegáveis dos rios Paraná e Uruguai. A maior de todas as obrages era a comandada por Don Julio Tomás Allica, de nacionalidade argentina, que entre o final do século XIX e início do século atual mantinha sob seu comando direto, na zona de domínio das matas de araucária, um regimento de mais de dois mil homens, a maioria em regime de escravidão.

Abreu (1986) relata que de início os primeiros povoadores do território do Estado, por mais de dois séculos, desenvolveram suas atividades à beira dos rios auríferos e no pastoreio, bem como extração de madeira.

Após a fundação de Londrina (1932), é que a economia paranaense se diversifica, por um lado, ocorre uma rápida industrialização e, por outro, a monocultura cafeeira. Essa data pode ser tomada como o marco inicial de todo o fenômeno econômico e social representado pelo norte do Paraná, que, enquanto a lavoura cafeeira é apenas, um prolongamento desse tipo de exploração agrícola do Estado de São Paulo. Mas o desenvolvimento da lavoura de café transformou fundamentalmente a economia paranaense e, como acontecera em São Paulo, favoreceu o processo de industrialização em outras regiões. Da mesma forma, a imigração em segunda potência, constituída por descendentes de europeus originariamente localizados no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, introduziu novo dinamismo econômico no Sudoeste do Estado, entregue, até então, à pecuária.

Ainda segundo ABREU (1986), embora sua presença no norte do Estado possa ser registrada a partir de 1860, o café teve grande desenvolvimento a partir de 1920. A rápida expansão cafeeira transformou em pouco tempo o Norte do Paraná na mais rica região agrícola do Brasil. O café trouxe para o Paraná as seguintes consequências: grande fonte de renda; responsável pela urbanização de cidades, como Londrina, Apucarana, Maringá e muitas outras; contribuiu com a construção do Estado como à abertura de estradas de ferro e de rodagem; contribuiu com a migração da população (paulistas, mineiros, fluminenses e nordestinos) e a imigração de estrangeiros.

Mas foi somente a partir de 1950 que se iniciou a diversificação da agricultura paranaense, como plantio em escala comercial do algodão, milho, feijão, arroz, cana-de-açúcar, amendoim e mais tarde a soja. Também toma maior vulto a pecuária, com a criação de bovinos e suínos. Como consequências tiveram a

ocupação das terras do noroeste (Paranavaí, Nova Esperança, Umuarama, Cianorte, etc.), do oeste (Cascavel, Toledo, Marechal Cândido Rondon, Matelândia, Medianeira e muitas outras) e do Sudeste (Pato Branco, Francisco Beltrão, Capanema, Barracão e outras). Essas três regiões atravessaram fase de grande progresso. No oeste e no sudeste estabeleceram-se numerosos colonos vindos de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

4.1.3. Economia Paranaense a após 1970

A prosperidade, entretanto, está ligada a mudanças econômicas que produziram sérios problemas sociais, particularmente no campo. De 1970, para cá, estima-se que pelo menos 1 milhão de pequenos proprietários e trabalhadores rurais perderam sua terra e seu emprego. Muitos dos agricultores sem-terra tornam-se bóias-frias, outros deixam o estado rumo ao Centro-Oeste, ao norte do país e ao Paraguai. Houve também aumento da migração para as cidades.

Na década de 90, entretanto, a migração para outras regiões cai sensivelmente. O fluxo interno aumenta, levando a região metropolitana de Curitiba a ser a que mais cresce em todo país entre 1991 e 1996: 3,40% ao ano (ver Demografia). Isso pode contribuir para uma queda na qualidade de vida da capital.

Segundo relatório da FIEP (2000) ilustra o período neoliberal que o Governo do Paraná, a partir de 1980, sintonizado com o espírito da globalização, passou a valorizar mais a sua força de sua produção e se auto-afirmar no pódio da economia mundial. O impacto do acelerado processo de industrialização do Paraná, antecipado pela instalação de montadoras internacionais e da importante cota de investimentos, fez surgir inúmeros outros empreendimentos, como micros, pequenas e médias empresas, e muitos outros negócios. Importante considerar que a união de investimentos. Importante considerar que a união de investimentos agrega valores à economia amplia as políticas públicas e sociais, reverte em solução o problema do desemprego. O novo perfil que redesenha o nosso Estado passa pela indústria de transformação e pelos milhares de estabelecimentos industriais instalados ou que se instalam por causa de nossa privilegiada geografia econômica. O Paraná oferece vantagens e diferenciais importantes, como sua posição no contexto do Mercosul, boas estruturas de comunicação, excelente rede de transportes, portos modernos e

competitivos e aeroporto internacional, estações aduaneiras e uma das maiores redes hoteleiras do país. Além disso, são muitos os encantos e atrativos naturais e culturais a serem visitados (Revista Paraná Oportunidades e Negócios, Editora Mares do Sul, 2000, Curitiba).

O Paraná é um estado com distribuição demográfica equilibrada, por isso sofre menos com as tensões comuns aos grandes centros urbanos. Seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), de 0,847, é o sexto mais elevado do país. A expectativa de vida do paranaense é de 70 anos, é maior que a média brasileira de 66 anos.

Os índices de água tratada (94%) e de coleta de lixo (96%) são os mais altos do país. O Paraná executa o maior programa de destinação final de lixo realizado no Brasil. Em todo o país, apenas 33 municípios com população inferior a 50.000 habitantes têm programas de reciclagem do lixo. No Paraná são 157. Nos últimos anos, tem investido recursos financeiros e institucionais na modernização da infraestrutura e implantação de empreendimentos industriais e tecnológicos. Há uma política específica para a atração de novos negócios, em decorrência disto, os empreendedores têm no Governo do Estado e nas entidades empresariais parceiros efetivos, com representatividade política e técnica junto ao Governo Federal e aos organismos internacionais de fomento.

Segundo Giambiagi (2003), a partir da crise da década de 70, a crescente deterioração das contas públicas na maioria dos países do mundo, refletida no endividamento progressivo do setor público pôs em cheque no Estado Keynesiano-desenvolvimentista. Nos países desenvolvidos, a crise fiscal refletiu, em grande medida, do lado da despesa, a rigidez e ampliação das transferências sociais em razão da universalização da cobertura e sua vinculação aos rendimentos dos trabalhadores ativos e, do lado da receita, a dificuldade de promover aumentos adicionais na carga tributária, que já havia se elevado consideravelmente no período pós Segunda Guerra.

A década de 1980, na América Latina e no Brasil, foi conhecida como “década perdida”, refletindo a inflexão das taxas de crescimento num cenário de mudanças competitivas internacionais profundas, assim como no campo das finanças. O hiato com os processos centrais de desenvolvimento capitalista, o endividamento externo, a inflação e a instabilidade macroeconômica contribuíram para esse juízo. Os resultados da América Latina poderiam ter sido piores não fosse o gigante Brasil. Aqui, apesar do fim das relações financeiras externas e internas

que marcaram o período de espetacular crescimento decorrido entre 1950 e 1980, em algumas regiões as perdas líquidas não foram tão claras, pois a continuidade da vigência do papel dinâmico exportador no ajuste externo possibilitou, em meio às dificuldades gerais, alguma dinamização das condições internas e avanços na função exportadora.

Nesse sentido, Leão (1989) comenta que a idéia de “perdida” pode contribuir a desconhecer atributos que algumas economias estaduais souberam preservar em tempos de estagnação econômica.

Os anos oitenta foram marcados no Brasil por vários e longos períodos de declínio da atividade econômica, num quadro mais amplo de esgotamento do modelo de desenvolvimento e do padrão de financiamento vigentes até os anos setenta. Os problemas decorrentes da dívida externa se avolumaram, coexistindo com a crise das finanças públicas e severas limitações do investimento e gasto corrente público. A política não vai muito além das intenções, e o setor privado faz um ajuste defensivo à crise contando com ganhos na ciranda financeira.

Entretanto, o Brasil foi um dos poucos países da América Latina a apresentar um desempenho médio positivo do seu produto interno (2,9% a.a) nesses anos e avanços qualitativos na sua base produtiva, como reflexo do intenso dinamismo da década de setenta e do impacto positivo sobre o consumo e a renda dos planos de estabilização, em que pesem suas limitações temporais. O país completava, nesses anos, sua estrutura industrial principalmente com o avanço dos segmentos básicos, o que veio a fechar uma difícil obra de engajamento na segunda revolução industrial. Tardiamente, já que o peso da dívida externa, por um lado, e, por outro, o caráter concentrado do novo ciclo tecnológico em alguns países avançados, nos deixavam fora dos circuitos de inovação no campo da microeletrônica, informática aplicada à mecânica, novos materiais, automação de processos produtivos e economia energética.

Conforme dados do IPARDES (1991), poucos foram os segmentos dinâmicos na economia brasileira nos anos 1980, destacando-se: extração de petróleo e álcool; mecânica leve e máquinas agrícolas; minerais não-metálicos, siderurgia, metalurgia dos não-ferrosos e papel e papelão, nos insumos básicos; e carne, soja e suco de laranja, na agroindústria. Ao final dos anos oitenta, havia uma grande demanda reprimida em infra-estrutura básica e um processo de atraso tecnológico em aumento.

A economia paranaense nesse período anda mais rapidamente que a nacional, crescendo 5,6% a.a. e modificando sua estrutura produtiva em aspectos significativos, buscando contrapor-se à crise brasileira. Assim, a agropecuária consolida seu processo de organização espacial, intensificando sua produção via incrementos de produtividade, consolidando as grandes culturas em áreas apropriadas e afirmando de uma vez por todas os grandes e médios produtores rurais na oferta agrícola. Mais do que isso, há uma boa performance dos grãos, uma diversificação significativa da produção com a entrada em cena de novos produtos, como cana-de-açúcar, ovos e aves, e uma redefinição de produtos na pauta de produção agropecuária que se torna mais equilibrada. Ganha destaque, nesse processo, o papel desempenhado pelas agroindústrias de matérias-primas, os avanços tecnológicos aliados a bons preços internacionais, os avanços dos serviços de apoio à produção e comercialização agrícolas e o desempenho das cooperativas como elemento empresarial do estado (IPARDES, 1991).

Pode-se observar que a crise também se refletiu em uma deterioração da situação econômico-financeira das empresas estatais, o que decorreu, principalmente, de sua utilização como instrumento de política econômica: seja na manutenção do reajuste de tarifas abaixo da inflação, com objetivos antiinflacionários, seja pelo alto endividamento dessas empresas em razão de necessidades de captação de recursos externos. Em consequência, coube ao governo federal, repassar recursos fiscais as empresas estatais, para arcar com as necessidades operacionais, o que aumentava os custos políticos de sua sustentação.

A razão de privatizar surge, assim, na maioria dos países, como resposta a existência de um desajuste nas contas públicas. Como consequência da crise fiscal, a venda de ativos produtivos do Estado passou a ser vista como forma de viabilizar uma melhora da situação das finanças públicas.

No Brasil, apesar de iniciar, efetivamente, na década de 1980, é apenas a partir dos anos 1990, que o programa de privatização vai se tornar uma das prioridades da política econômica. É a ruptura do Estado produtor para o Estado regulador.

Neste aspecto, segundo Giambiagi, duas são as premissas de planejamento econômico: venda de ativos produtivos para geração de recursos para redução do estoque da dívida pública; impacto do processo de privatização, na eficiência econômica do sistema, criando expectativa de um aumento de investimentos

principalmente nos setores de infra-estrutura, cuja expansão é essencial para a retomada de um crescimento sustentado a longo prazo.

As privatizações foram motivos de fatores econômicos, quer seja na redução do estoque da dívida, como na expectativa de novas fontes de receitas provenientes de impostos. As medidas econômicas implantadas pelo Governo Federal foram seguidas pela maioria dos estados, inclusive no Paraná, com a privatização do Banco do Estado do Paraná. Como pode-se observar no quadro 2, com as vendas das ações do BANESTADO, representou 49% do total da conta das receitas de alienação de bens, enquanto os outros 51% restantes coube a rubrica de Alienação de Outros Títulos Mobiliários.

QUADRO Nº 02
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE BENS – 2000 – (R\$)

| ESPECIFICAÇÃO | (R\$) | % |
|---|-------------------------|------------|
| Alienação de Bens Móveis | 3.292.808.888,41 | 100 |
| Alienação de Títulos Mobiliários | 3.292.808.888,41 | 100 |
| Venda de Ações do BANESTADO | 1.613.452.366,73 | 49 |
| Alienação de Outros Títulos Mobiliários | 1.679.356.521,68 | 51 |
| T o t a l | 3.292.808.888,41 | 100 |

Fontes: Lei 12.825/99 e SIA307

Além da privatização do banco, o Estado, também, abriu concessão de serviços públicos como os pedágios, com a criação de empresas privadas sem fins lucrativos como o Paraná Urbano, Paraná Educação, entre outras.

Observa-se que após a liberação econômica implantada pelo Governo Collor de Mello e a aprovação e execução do Programa Nacional de Privatização durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso, possibilitaram aos governos estaduais a promoverem novas diretrizes estratégicas para em conjunto com a iniciativa privada, sanarem as dificuldades de falta de novos financiamentos para investimentos em infra-estruturas.

TABELA 01
PIB DO BRASIL E PARANÁ A PREÇO DE MERCADO CORRENTE
(1995-2008) – R\$ Milhão

| ANOS | PIB | | PARTICIPAÇÃO | VARIAÇÃO REAL ANUAL | |
|------|-----------|---------|--------------|---------------------|------------|
| | BRASIL | PARANÁ | PR/BR (%) | BRASIL (%) | PARANÁ (%) |
| 1995 | 705.641 | 38.369 | 5,94 | 4,22 | 1,78 |
| 1996 | 843.966 | 47.720 | 6,13 | 3,38 | 7,24 |
| 1997 | 939.147 | 52.849 | 6,07 | 3,60 | 0,89 |
| 1998 | 979.276 | 56.798 | 6,21 | -0,12 | 5,30 |
| 1999 | 1.065.000 | 61.724 | 6,51 | 0,79 | 2,32 |
| 2000 | 1.179.482 | 65.969 | 6,64 | 4,00 | 5,06 |
| 2001 | 1.302.136 | 72.770 | 6,14 | 1,31 | 6,07 |
| 2002 | 1.477.822 | 88.407 | 5,98 | 2,70 | -0,2 |
| 2003 | 1.699.948 | 109.459 | 6,44 | 1,1 | 4,48 |
| 2004 | 1.941.498 | 122.434 | 6,31 | 5,7 | 4,94 |
| 2005 | 2.147.239 | 126.677 | 5,90 | 3,2 | -0,10 |
| 2006 | 2.332.936 | 136.681 | 5,77 | 3,8 | 1,40 |
| 2007 | 2.558.822 | 150.712 | 5,80 | 5,7 | 6,00 |
| 2008 | 2.889.719 | 168.777 | 5,84 | 5,1 | 5,80 |

Fonte: IBGE/IPARDES – elaboração própria.

A participação do Paraná no PIB brasileiro é de 6,12% na média do período estudado, com um crescimento anual superior a 5%, como está disposto na tabela 1 e acima da média brasileira. Tornou-se o segundo maior pólo automotivo do Brasil, entre os anos de 2003 e 2008. Nesse período, seis montadoras multinacionais vieram para o estado, trazendo a tecnologia mais moderna do mundo. Influenciadas pela instalação de empresas automotivas, outras 35 indústrias afins e 12 madeireiras anunciaram sua intenção de também implantarem unidades no Estado. Este processo acelerado de industrialização gerou meio milhão de novos empregos e possibilitando ao Paraná, a quarta força econômica do Brasil. É também o segundo maior produtor de “software” do Brasil – as empresas paranaenses respondem por 7% da exportação brasileira no segmento.

Como pode ser observado na tabela 1 há um crescimento de 5,8% no PIB do Paraná, em 2008, atingindo o valor de R\$ 168,78 bilhões, superando o

crescimento obtido pela economia brasileira (5,1%). É o maior exportador de grãos do Brasil – líder na produção de soja, trigo, milho feijão e aveia. Também o quarto principal exportador entre os estados brasileiros com um volume de exportação de 10 bilhões de dólares e o responsável pela quinta força econômica do país.

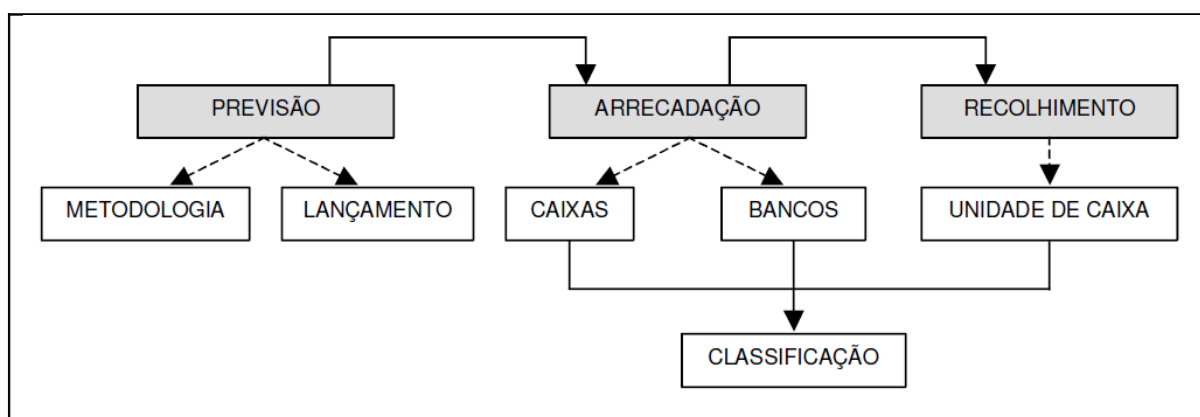
4.2. A EVOLUÇÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS PARANAENSE NO PERÍODO DE 1995 A 2008

Serão abordadas, a seguir, as principais informações sobre finanças públicas do estado do Paraná, no período entre 1995 a 2008, mostrando o comportamento diferenciado que o Estado apresentou.

Primeiramente, será abordada a evolução das receitas e despesas orçamentárias, dados esses, retirados dos balanços do Estado (Administração Direta). Em segundo lugar será apresentado as contas de arrecadação tributária, depois a evolução da arrecadação por setor da economia.

As receitas públicas obedecem a uma ordem que podem ser visualizadas na figura 6 em termos didáticos:

FIGURA 06
ESTÁGIOS DA RECEITA PÚBLICA



Fonte: (BRASIL, RECEITAS PÚBLICAS – MANUAL DE PROCEDIMENTOS, 2007, pág. 25)

Estágio da receita orçamentária é cada passo identificado que evidencia o comportamento da receita e facilita o conhecimento e a gestão dos ingressos de recursos. Os estágios da receita orçamentária são os seguintes: - Previsão – estimativa de arrecadação da receita, constante da Lei Orçamentária Anual – LOA, compreendida em fases distintas: 1) A primeira fase consiste na organização e no

estabelecimento da metodologia de elaboração da estimativa; 2) A segunda fase consiste no lançamento, que é tratado pela Lei nº 4.320/64, nos seus artigos 51 e 53. É o assentamento dos débitos futuros dos contribuintes de impostos diretos, cotas ou contribuições prefixadas ou decorrentes de outras fontes de recursos, efetuados pelos órgãos competentes que verificam a procedência do crédito, a natureza da pessoa do contribuinte, quer seja física ou jurídica, e o valor correspondente à respectiva estimativa.

O lançamento é a legalização da receita pela sua instituição e a respectiva inclusão no orçamento. - Arrecadação – entrega, realizada pelos contribuintes ou devedores aos agentes arrecadadores ou bancos autorizados pelo ente, dos recursos devidos ao Tesouro. A arrecadação ocorre somente uma vez, vindo em seguida o recolhimento. Quando um ente arrecada para outro ente, cumpre-lhe apenas entregar-lhe os recursos pela transferência dos recursos, não sendo considerada arrecadação quando do recebimento pelo ente beneficiário. - Recolhimento – transferência dos valores arrecadados à conta específica do Tesouro, responsável pela administração e controle da arrecadação e programação financeira, observando o Princípio da Unidade de Caixa, representado pelo controle centralizado dos recursos arrecadados em cada ente.

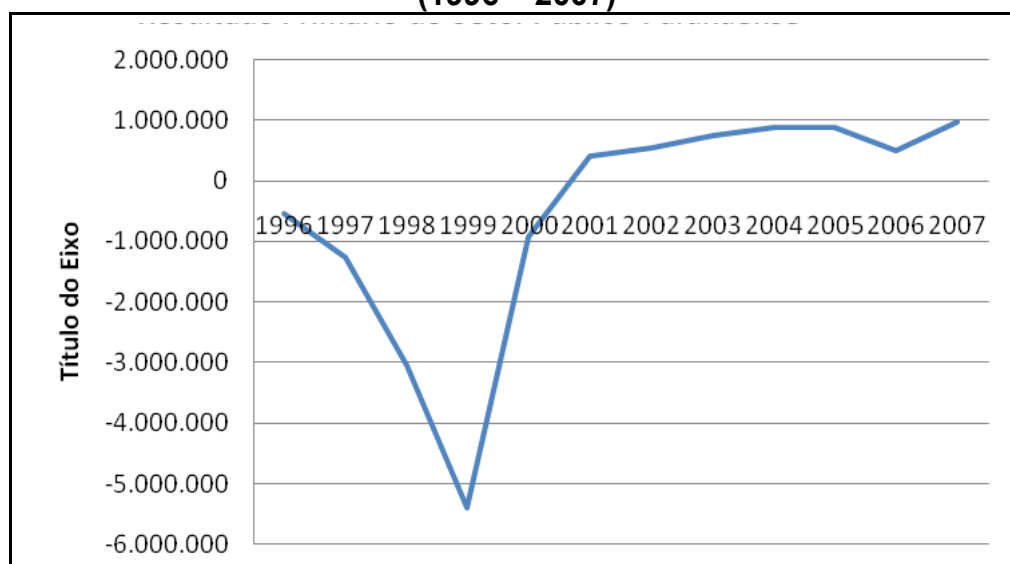
Para compreender melhor algumas deduções que serão efetuadas ao longo da análise, se faz necessário abordar o assunto: FUNDEF X FUNDEB. Esse fundo foi implantado a partir de 1º de janeiro de 1998, sob a Lei nº 9.424/96, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF). E a partir de 1º de janeiro de 2007, esse fundo de natureza contábil foi modificado passando a ser agora (FUNDEB) Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação. Foi criado pela Emenda Constitucional nº 53/06 e regulamentado pela Medida Provisória nº 339/06, convertida na Lei nº 11.494/07. Em sua essência o que mudou foi que enquanto os recursos do FUNDEF destinavam-se apenas a investimentos no ensino fundamental, os recursos do FUNDEB visam à educação básica, que incluindo assim, o ensino infantil, fundamental e médio, e direcionando ainda, para a educação de jovens e adultos (BRASIL, 2007).

Quanto a categoria econômica, prevista na Lei 4320/64, a receita pública, classifica-se em: receitas correntes e receitas de capital.

Fazem parte das receitas correntes os valores originados de receitas tributárias, patrimoniais, industriais e diversas e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinados a atender as despesas correntes. A receita de capital decorrem da constituição de dívidas, da conversão de bens e direitos, do recebimento de recursos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender as despesas de capital e o superávit do orçamento.

O ponto de partida para a análise sobre a evolução das finanças públicas do Paraná, com foco na discussão sobre a evolução de seu resultado primário, encontra-se explícito no Figura 7.

FIGURA 07
RESULTADO PRIMÁRIO DO SETOR PÚBLICO PARANAENSE
(1996 – 2007)



Fonte: SEFA-PR

Como pode ser observado 7, existe dois momentos, claramente distintos, da evolução do resultado primário do estado do Paraná. Entre 1995 e 1999 o Estado apresentou sistematicamente déficits primários. A partir de 2000 a situação é revertida e o Estado passa a obter superávits primários. Aspecto este, que merece destaque, pois esta dinâmica paranaense é similar ao comportamento das finanças públicas nacionais, já que somente a partir de 1999, tanto no plano federal, quanto no estadual foi verificada melhoria nas contas públicas.

Na sequência serão analisados alguns indicadores do setor público paranaense, no âmbito das receitas e despesas que permitem, em alguma medida, uma análise preliminar do tema.

A tabela 2 apresenta a evolução real da estrutura da arrecadação do Paraná, segundo as principais categorias da receita orçamentária, no período de referência.

TABELA 02
EVOLUÇÃO DAS RECEITAS CORRENTES E DAS RECEITAS DE CAPITAL
NO PARANÁ – (1995 a 2008)

| Ano | RECEITAS CORRENTES | | RECEITAS DE CAPITAL | |
|-------------|---------------------------|--------------------------------------|----------------------------|--------------------------------------|
| | Valor (R\$) | Arrecadação Total (%) | Valor (R\$) | Arrecadação Total (%) |
| 1995 | 2.818.599.895,6 | 90,27 | 303.802.530,1 | 9,73 |
| 1996 | 3.351.765.694,9 | 85,24 | 580.511.799,4 | 14,76 |
| 1997 | 3.817.568.055,6 | 85,85 | 629.074.006,1 | 14,15 |
| 1998 | 4.404.773.580,7 | 79,56 | 1.131.889.506,6 | 20,44 |
| 1999 | 4.824.876.872,7 | 46,63 | 5.522.457.101,3 | 53,37 |
| 2000 | 5.537.574.792,4 | 60,18 | 3.664.014.627,1 | 39,82 |
| 2001 | 7.546.714.357,3 | 94,87 | 407.809.674,2 | 5,13 |
| 2002 | 7.921.937.966,8 | 93,05 | 591.905.527,9 | 6,95 |
| 2003 | 9.028.449.484,6 | 96,37 | 339.973.271,2 | 3,63 |
| 2004 | 10.473.921.003,5 | 95,41 | 503.963.976,6 | 4,59 |
| 2005 | 11.879.238.032,9 | 97,57 | 295.889.595,3 | 2,43 |
| 2006 | 12.856.811.897,2 | 97,90 | 276.427.236,2 | 2,10 |
| 2007 | 14.805.668.620,1 | 99,10 | 135.031.895,3 | 0,90 |
| 2008 | 17.334.088.985,5 | 99,24 | 133.119.271,5 | 0,76 |

Fonte: SEFA – Paraná – Administração Direta – Elaboração Própria.

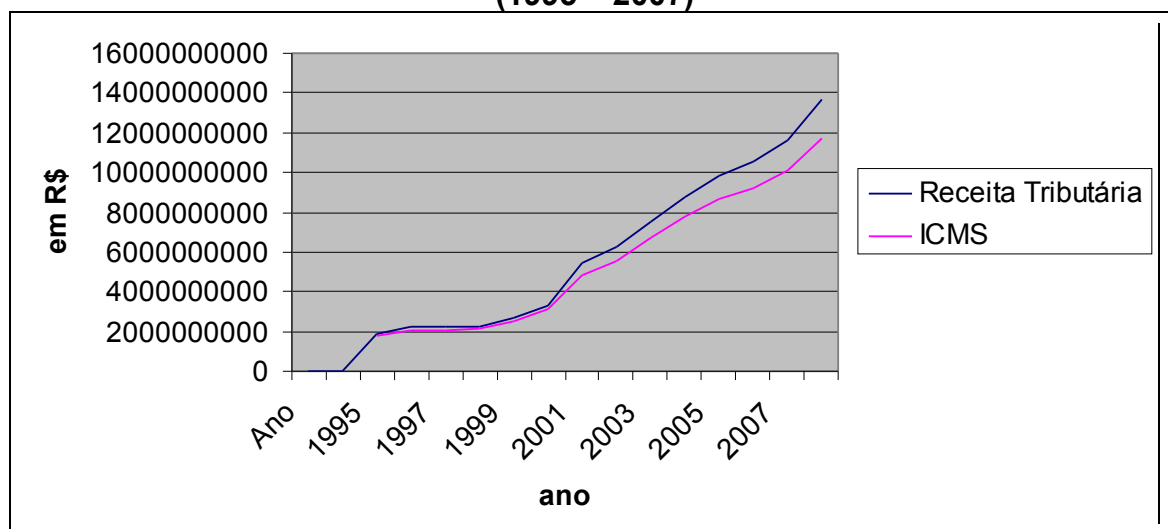
A tabela 02 apresenta resultados interessantes sobre a evolução das receitas correntes e de capital para o Estado do Paraná. Particularmente, merece destaque:

- 1) ao longo de todo o período analisado as receitas correntes apresentaram um crescimento significativo. Vale lembrar que em 1995 o total das receitas correntes alcançava aproximadamente R \$2,8 bilhões enquanto em 2008 este total chegava a R\$ 17, 3 bilhões. Em pouco mais de uma década – na qual a inflação manteve-se patamares reduzidos - as receitas correntes aumentaram quase seis vezes; e
- 2) Ao longo do período analisado, a participação das receitas de capital no total das receitas apresentou dois movimentos. Num

primeiro momento, entre 1995 e 1999 verificou-se uma tendência a elevação da participação das receitas de capital no total arrecadado. Vale dizer que em 1999 as receitas de capital responderam por 53,37% das receitas totais. Posteriormente, foi verificada uma clara tendência para a redução da participação das receitas de capital na receita total. Neste sentido, chama atenção o fato de que em 2008 estas receitas representaram apenas 0,76% das receitas totais.

Neste sentido, cabe destacar que o crescimento das receitas correntes encontram-se fortemente vinculado, sobretudo a partir de 1999, à evolução das receitas tributárias do Estado. O Figura 8, apresentado abaixo, torna evidente a importância do crescimento da arrecadação tributária ao longo período analisado. Na mesma figura, pode-se visualizar a importância da arrecadação do ICMS para a evolução da receita tributária do Estado.

Evolução da Receita Tributária e do ICMS (1995-2008)
EVOLUÇÃO DA RECEITA TRIBUTÁRIA E DO ICMS
(1995 – 2007)



Fonte: Quadro Geral de Arrecadação – SEFA – Administração Direta – Elaboração própria.

Em grande medida, pode-se dizer que a evolução da receita tributária do Estado encontra-se fortemente correlacionada com a evolução da arrecadação do ICMS. Por sua vez, os dados expostos na tabela 3, apresentada logo abaixo, indicam que ao longo do período estudado a arrecadação do ICMS, vinculada às atividades industriais e o comércio foram, relativamente, mais importantes do ponto de vista dos setores da economia paranaense. No que tange, especificamente, ao comportamento da indústria chama atenção que, exceto para o ano de 2008, em todos os outros anos analisados na tabela as atividades industriais foram

responsáveis por mais de 30% da arrecadação do imposto. Por outro lado, o século atual apresentou uma tendência à redução da participação do comércio no ICMS. Em 1995 aproximadamente 36,23% do ICMS arrecadado pelo Estado, encontram-se vinculados as atividades comerciais. Em 2008 este total estava próximo dos 25%, demonstrando, claramente, a redução da importância das atividades comerciais na arrecadação do ICMS do Paraná.

TABELA Nº 03
ARRECADAÇÃO DO I.C.M.S. POR SETORES DA ECONOMIA
(1995 a 2008) – Milhões

| Arrecadação por Setor | 1995 | | 1996 | | 1997 | |
|-----------------------|-------------------------|--------------|-------------------------|--------------|-------------------------|--------------|
| | (R\$) | % | (R\$) | % | (R\$) | % |
| Indústria | 631.952.523,37 | 34,54 | 708.528.576,20 | 34,02 | 663.602.730,38 | 32,06 |
| Comércio | 662.863.760,54 | 36,23 | 726.308.531,05 | 34,87 | 804.444.768,27 | 38,86 |
| Energia | 185.444.482,54 | 10,14 | 241.770.151,62 | 11,61 | 248.958.026,77 | 12,03 |
| Comunicação | 119.586.503,78 | 6,54 | 172.005.366,91 | 8,26 | 174.489.981,84 | 8,43 |
| SUB-TOTAL | 1.599.847.270,23 | 87,44 | 1.848.612.625,78 | 80,50 | 1.891.495.507,26 | 91,38 |
| TOTAL | 1.829.451.266,4 | 100 | 2.082.779.118,6 | 100 | 2.069.973.675,4 | 100 |

Continuação

| Arrecadação por Setor | 1998 | | 1999 | | 2000 | |
|-----------------------|-------------------------|--------------|------------------------|--------------|------------------------|--------------|
| | (R\$) | % | (R\$) | % | (R\$) | % |
| Indústria | 603.017.383,50 | 28,47 | 773.976.163,72 | 30,86 | 1.066.577.039,97 | 33,85 |
| Comércio | 774.965.957,48 | 36,59 | 889.304.706,11 | 35,45 | 1.003.187.252,40 | 31,85 |
| Energia | 284.994.106,34 | 13,45 | 324.086.661,49 | 12,92 | 423.925.831,83 | 13,45 |
| Comunicação | 205.021.442,40 | 9,68 | 250.225.910,60 | 9,98 | 325.137.671,80 | 10,32 |
| SUB-TOTAL | 1.868.000.887,72 | 88,19 | 2237595441 | 89,21 | 2818829796 | 89,47 |
| TOTAL | 2.118.420.915,5 | 100 | 2.508.332.256,3 | 100 | 3.150.976.677,3 | 100 |

Continuação

| Arrecadação por Setor | 2001 | | 2002 | | 2003 | |
|-----------------------|-------------------------|--------------|-------------------------|--------------|-------------------------|--------------|
| | (R\$) | % | (R\$) | % | (R\$) | % |
| Indústria | 1.408.677.075,58 | 38,70 | 1.394.234.497,17 | 33,31 | 1.649.060.891,34 | 32,92 |
| Comércio | 960.634.005,18 | 26,40 | 1.128.031.853,14 | 26,96 | 1.210.364.782,14 | 24,17 |
| Energia | 453.600.323,33 | 12,46 | 555.526.855,22 | 13,27 | 601.886.379,09 | 12,01 |
| Comunicação | 392.272.021,82 | 10,78 | 421.823.422,69 | 10,08 | 538.968.739,03 | 10,76 |
| SUB-TOTAL | 3.215.183.425,91 | 88,34 | 3.499.616.628,22 | 83,62 | 4.000.280.791,60 | 79,86 |
| TOTAL | 4.854.434.612,8 | 100 | 6.679.675.263,8 | 100 | 5.580.692.799,2 | 100 |

Continuação

| Arrecadação por Setor | 2004 | | 2005 | | 2006 | |
|-----------------------|------------------------|------------|------------------------|------------|------------------------|------------|
| | (R\$) | % | (R\$) | % | (R\$) | % |
| Indústria | 1.857.498.807,03 | 31,90 | 1.951.462.522,27 | 29,88 | 2.165.187.556,42 | 31,32 |
| Comércio | 1.364.917.452,88 | 23,45 | 1.480.673.177,19 | 22,68 | 1.552.158.146,89 | 22,46 |
| Energia | 822.601.078,17 | 14,13 | 1.005.582.660,13 | 15,40 | 1.049.055.810,36 | 15,18 |
| Comunicação | 688.268.757,66 | 11,82 | 835.101.540,72 | 12,79 | 959.970.210,16 | 13,89 |
| SUB-TOTAL | 4.733.286.095,74 | 81,30 | 5.272.819.900,31 | 80,75 | 5.726.371.723,83 | 82,85 |
| TOTAL | 7.763.903.922,8 | 100 | 8.707.026.434,8 | 100 | 9.215.119.423,0 | 100 |

Continuação (R\$)

| Arrecadação por Setor | 2007 | | 2008 | |
|-----------------------|-------------------------|------------|-------------------------|------------|
| | (R\$) | % | (R\$) | % |
| Indústria | 2.616.574.829,11 | 35,00 | 2.957.446.192,27 | 34,46 |
| Comércio | 1.731.706.273,06 | 23,17 | 2.223.913.909,72 | 25,92 |
| Energia | 1.118.022.972,42 | 14,96 | 1.203.184.307,20 | 12,98 |
| Comunicação | 1.078.413.788,39 | 14,43 | 1.113.720.492,01 | 14,02 |
| SUB-TOTAL | 6.544.717.862,98 | 87,56 | 7.498.264.901,20 | 87,38 |
| TOTAL | 10.057.293.916,1 | 100 | 11.696.064.893,8 | 100 |

Fonte: Quadro Geral de Arrecadação – Exercício de 1995 a 2008 – Elaboração própria.

Em síntese, a análise da evolução das receitas do Estado do Paraná revela alguns aspectos que devem ser ressaltados. Em primeiro lugar, cabe destacar o significativo aumento da arrecadação do Estado. Além disso, tal como pode ser visto no Anexo I, em grande medida esta expansão da arrecadação está vinculada à expansão das receitas correntes, particularmente das receitas tributárias. Vale destacar a importância das transferências correntes, no total das receitas correntes do Estado do Paraná, elemento este, que demonstra a dependência, sobretudo dos pequenos municípios do Estado, dos recursos transferidos da União.

Outro aspecto importante no que tange ao comportamento da arrecadação tributária do Estado, diz respeito à evolução do ICMS do Estado. Como discutido anteriormente, existe uma forte correlação entre a arrecadação tributária do Estado e a arrecadação do ICMS. Neste sentido, é importante sublinhar, tendo em vista os argumentos que serão desenvolvidos ao final deste trabalho, que esta expansão se dá de forma mais significativa a partir do ano de 1999. Considerados estes aspectos

mais gerais da evolução das receitas do Estado, na seqüência analisa-se a evolução das despesas do Estado Paranaense.

O ponto de partida para esta análise é a tabela 4 apresentada logo abaixo.

TABELA 04
EVOLUÇÃO DAS DESPESAS CORRENTES E DAS DESPESAS DE CAPITAL DO
PARANÁ (1995 A 2008)

| <i>Ano</i> | <i>DESPESAS CORRENTES</i> | | | <i>DESPESAS DE CAPITAL</i> | | | |
|-------------|---------------------------|--------------------------------|--------------------------------------|----------------------------|--------------------------------|--------------------------------------|-------------------------------------|
| | <i>Valor (R\$)</i> | <i>Part. gastos Totais (%)</i> | <i>Δ em relação ano anterior (%)</i> | <i>Valor (R\$)</i> | <i>Part. gastos Totais (%)</i> | <i>Δ em relação ano anterior (%)</i> | <i>Total das Despesas (bilhões)</i> |
| 1995 | 2.477.381.445,11 | 78,67 | 99,58 | 671.557.673,74 | 21,33 | 55,85 | 3,1 |
| 1996 | 3.155.606.905,3 | 77,81 | 27,38 | 899.805.644,6 | 22,19 | 33,99 | 4,0 |
| 1997 | 3.081.682.431,2 | 73,55 | (2,34) | 1.108.191.388,8 | 26,45 | 23,16 | 4,1 |
| 1998 | 3.814.903.770,8 | 56,50 | 23,79 | 2.937.441.344,6 | 43,50 | 165,07 | 6,7 |
| 1999 | 3.948.032.695,3 | 40,27 | 3,49 | 5.855.296.133,8 | 59,73 | 99,33 | 9,8 |
| 2000 | 5.755.287.126,9 | 71,11 | 45,78 | 2.338.108.629,2 | 28,89 | (60,07) | 8,0 |
| 2001 | 6.355.844.393,6 | 89,32 | 10,43 | 759.577.244,81 | 10,68 | (67,51) | 7,1 |
| 2002 | 6.229.836.204,8 | 87,07 | (1,98) | 924.863.949,4 | 12,93 | 21,76 | 7,2 |
| 2003 | 7.243.550.366,0 | 87,98 | 16,27 | 989.822.025,1 | 12,02 | 7,02 | 8,2 |
| 2004 | 8.225.586.588,0 | 89,59 | 13,56 | 955.375.967,6 | 10,41 | (3,43) | 9,2 |
| 2005 | 9.239.465.769,4 | 90,86 | 12,33 | 929.338.781,2 | 9,14 | (2,73) | 10,2 |
| 2006 | 9.936.269.303,3 | 91,59 | 7,54 | 912.744.081,9 | 8,41 | (1,79) | 9,9 |
| 2007 | 11.122.439.231,0 | 93,49 | 11,94 | 774.035.255,1 | 6,51 | (15,20) | 12,8 |
| 2008 | 12.833.102.008,8 | 42,99 | 15,38 | 966.714.946,2 | 7,01 | 24,89 | 13,8 |

Fonte: SIA 142 - 1995 a 2008 – Elaboração própria.

Merecem destaque os seguintes elementos sobre a evolução recente das despesas estaduais:

- 1) Entre 1995 e 2008 as despesas totais do Estado saltaram de aproximadamente R\$ 3,1 bilhões em 1995 para algo em torno de R\$13,8 bilhões em 2008. Chama, portanto, atenção o fato das despesas, em termos nominais, terem crescido mais de quatro vezes no período analisado. Ainda assim, cabe destacar que o ritmo de expansão nominal das despesas foi inferior ao crescimento verificado pelas receitas.

Conforme discutido anteriormente, as receitas do Estado foram multiplicadas por seis ao longo do mesmo período.

- 2) De uma forma geral, assistiu-se ao longo do período, a expansão das despesas correntes em detrimento da participação relativa das despesas de capital. A participação das despesas correntes no total das despesas saltou de 78,67% em 1995 para aproximadamente 93,49% das despesas totais em 2007. Os anos de 1998 e 1999 são exceções a este contexto mais geral, dado que nestes anos verificou-se um forte aumento das despesas de capital.

A tabela 05, apresentada abaixo, oferece os dados relativos ao comportamento das despesas do Estado de forma mais desagregada. No que se refere ao comportamento das despesas correntes, vale a pena destacar a evolução do item “pessoas e encargos sociais”. Isoladamente é o item mais importante na composição das despesas do Estado. Ainda assim, vale a pena ressaltar a presença de duas dinâmicas distintas em seu comportamento. Entre 1995 e 1998, verificou-se uma clara tendência de redução destes gastos no total das despesas. A partir de 1999, esta tendência é revertida. De toda forma, cabe destacar que este item, isoladamente, representa quase 50% das despesas do Estado do Paraná.

TABELA 05
EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO POR GRUPO DE DESPESA DO PARANÁ
(1995 a 2008) – (R\$)

| Especificação | 1995 | % | 1996 | % | 1997 | % |
|-------------------------------|-----------------------|--------------|-----------------------|--------------|-----------------------|--------------|
| 1. Despesas correntes | 2.477.381.445, | 78,67 | 3.155.606.905, | 77,81 | 3.081.682.431, | 73,55 |
| Pessoas e encargos sociais | 2.056.789.599, | 65,32 | 2.467.137.791, | 60,84 | 2.520.475.639, | 60,16 |
| Juros e encargos da dívida | 73.718.896, | 2,34 | 110.128.444, | 2,72 | 93.452.500, | 2,23 |
| Outras despesas correntes | 346.872.948, | 11,02 | 578.340.670, | 14,26 | 467.754.291, | 11,16 |
| 2. Despesas de capital | 671.557.673, | 21,33 | 899.805.644, | 22,19 | 1.108.191.388, | 26,45 |
| Investimentos | 379.860.631, | 12,06 | 532.381.738, | 13,13 | 935.346.672, | 22,32 |
| Inversões financeiras | 48.439.793, | 1,54 | 77.084.085, | 1,90 | 31.409.330, | 0,75 |
| Amortização da dívida | 185.455.581, | 5,89 | 249.186.254, | 6,14 | 124.581.949, | 2,97 |
| TOTAL | 3.148.939.118, | 100 | 4.055.412.550, | 100 | 4.189.673.820, | 100 |

Continuação (R\$)

| Especificação | 1998 | % | 1999 | % | 2000 | % |
|-------------------------------|-----------------------|--------------|-----------------------|--------------|-----------------------|--------------|
| 1. Despesas correntes | 3.814.903.770, | 56,50 | 3.948.032.695, | 40,27 | 5.755.287.126, | 71,11 |
| Pessoas e encargos sociais | 2.652.397.367, | 39,28 | 2.677.305.443, | 27,31 | 2.418.412.040, | 29,88 |
| Juros e encargos da dívida | 113.338.703, | 1,68 | 278.302.683, | 2,84 | 474.191.156, | 5,86 |
| Outras despesas correntes | 1.049.167.699, | 15,54 | 992.424.568, | 10,12 | 2.862.683.929, | 35,37 |
| 2. Despesas de capital | 2.937.441.344, | 43,50 | 5.855.296.133, | 59,73 | 2.338.108.629, | 28,89 |
| Investimentos | 2.545.089.293, | 37,69 | 322.759.117, | 3,29 | 372.961.431, | 4,61 |
| Inversões financeiras | 24.320.361, | 0,36 | 5.209.979.462, | 53,15 | 2.400.000, | 0,03 |
| Amortização da dívida | 358.596.368, | 5,31 | 217.227.556, | 2,22 | 1.856.921.251, | 22,94 |
| TOTAL | 6.752.345.115, | 100 | 9.803.328.829, | 100 | 8.093.395.756, | 100 |

Continuação (R\$)

| Especificação | 2001 | % | 2002 | % | 2003 | % |
|-------------------------------|-----------------------|--------------|-----------------------|--------------|-----------------------|--------------|
| 1. Despesas correntes | 6.355.844.393, | 89,32 | 6.229.836.204, | 87,07 | 7.243.550.366, | 87,98 |
| Pessoas e encargos sociais | 3.012.632.736, | 42,34 | 3.320.467.724, | 46,41 | 3.919.463.506, | 47,60 |
| Juros e encargos da dívida | 481.303.868, | 6,76 | 538.948.695, | 7,53 | 644.407.563, | 7,83 |
| Outras despesas correntes | 2.861.907.788, | 40,22 | 2.370.419.785, | 33,13 | 2.679.679.295, | 32,55 |
| 2. Despesas de capital | 759.577.244, | 10,68 | 924.863.949, | 12,93 | 989.822.025, | 12,02 |
| Investimentos | 393.027.831, | 5,52 | 430.329.498, | 6,01 | 444.412.210, | 5,40 |
| Inversões financeiras | 1.044.786, | 0,01 | - | - | 500.000, | 0,01 |
| Amortização da dívida | 346.237.733, | 4,87 | 494.534.450, | 6,91 | 544.909.814, | 6,62 |
| TOTAL | 7.115.421.638, | 100 | 7.154.700.154, | 100 | 8.233.372.391, | 100 |

Continuação (R\$)

| Especificação | 2004 | % | 2005 | % | 2006 | % |
|-------------------------------|-----------------------|--------------|------------------------|--------------|------------------------|--------------|
| 1. Despesas correntes | 8.225.586.587, | 89,59 | 9.239.465.769, | 90,86 | 9.936.269.303, | 91,59 |
| Pessoas e encargos sociais | 4.431.223.305, | 48,27 | 4.801.427.198, | 47,22 | 5.415.569.437, | 49,92 |
| Juros e encargos da dívida | 635.781.699, | 6,93 | 678.955.065, | 6,68 | 613.209.982, | 5,65 |
| Outras despesas correntes | 3.158.581.583, | 34,40 | 3.759.083.504, | 36,97 | 3.907.489.883, | 36,02 |
| 2. Despesas de capital | 955.375.967, | 10,41 | 929.338.781, | 9,14 | 912.744.081, | 8,41 |
| Investimentos | 413.476.566, | 4,50 | 365.401.555, | 3,59 | 422.310.175, | 3,89 |
| Inversões financeiras | 5.782.233, | 0,06 | 1.081.995, | 0,01 | - | - |
| Amortização da dívida | 536.117.167, | 5,84 | 562.855.230, | 5,54 | 490.433.906, | 4,52 |
| TOTAL | 9.180.962.555, | 100 | 10.168.804.550, | 100 | 10.849.013.385, | 100 |

Continuação (R\$)

| Especificação | 2007 | % | 2008 | % |
|-------------------------------|------------------------|--------------|------------------------|--------------|
| 1. Despesas correntes | 11.122.439.230, | 93,49 | 12.833.102.008, | 92,99 |
| Pessoas e encargos sociais | 6.059.569.295, | 50,94 | 6.816.089.650, | 49,39 |
| Juros e encargos da dívida | 655.766.781, | 5,51 | 687.745.055, | 4,98 |
| Outras despesas correntes | 4.407.103.153, | 37,05 | 5.329.267.303, | 38,62 |
| 2. Despesas de capital | 774.035.255, | 6,51 | 966.714.946, | 7,01 |
| Investimentos | 250.036.706, | 2,10 | 395.522.731, | 2,87 |
| Inversões financeiras | - | - | - | - |
| Amortização da dívida | 523.998.549, | 4,40 | 571.192.214, | 4,14 |
| TOTAL | 11.896.474.486, | 100 | 13.799.816.955, | 100 |

Fonte: Lei 15.750/07 e SIA111 e SIA112 - Exercício de 1995 a 2008. Elaboração própria.

Em suma, o aspecto que se pretende destacar sobre a evolução recente das despesas no Paraná, diz respeito a sua ampliação bastante significativa no período analisado, assim como a retomada do papel importante dos gastos com pessoal e encargos sociais a partir de 1999.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou realizar uma análise de alguns elementos importantes das finanças públicas do Paraná, com ênfase no comportamento de seu resultado primário.

A principal conclusão do trabalho é que a melhoria nas finanças públicas paranaenses, no conceito primário, ao longo do período analisado, deve ser creditada especialmente à elevação da arrecadação tributária, sobretudo a arrecadação do ICMS estadual. Também merece destaque o comportamento das transferências correntes da União para o Estado e seus municípios, o que deixa claro, que o entendimento das finanças públicas de um membro da federação não pode deixar de levar em consideração suas relações com a União.

Finalmente, não se pode creditar a melhoria das contas públicas paranaenses a uma política coordenada de redução de gastos. Pelo contrário, o que se verifica a partir de 1999, foi uma elevação na taxa de crescimento dos gastos públicos no Estado, particularmente, no item despesas com pessoal e encargos sociais.

Por fim, é importante destacar que a análise promovida por este trabalho, não pretendeu em nenhum momento promover uma análise mais detalhada do tema em questão. Os limites do trabalho são evidentes, mas se constituem num ponto de partida, ainda que amplo, para análises de maior fôlego e mais detalhadas, sobre o comportamento das finanças estaduais.

6. REFERÊNCIAS

ABREU, A. T. G. **A posse e o uso da Terra: modernização agropecuária de Guarapuava**. Curitiba, 1986, 175.

ALVES, B. A. et al. **Lei de responsabilidade fiscal comentada e anotada**. 2ª. ed. São Paulo: J. de Oliveira, 2001.

AVÉ-LALLEMANT, R. **Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858)**. São Paulo: USP, 1980, 249.

BARTHELMESS, A. **Ocupação e organização do Paraná Velho**. Boletim Geográfico. Curitiba, 0 AGB, (7): 1962 , p. 45.

BERNARDES, N. **Expansão do povoamento no Estado do Paraná**. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 1953, p.431.

BLANCHARD, Olivier. **Macroeconomia**. 3ª. ed. São Paulo: Makron Books, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Atlas, 1989.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Receitas públicas manual de procedimentos: aplicado à União, Estados, Distrito Federal e Municípios/Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional**. – 4ª. ed. – Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, Coordenação-Geral de Contabilidade, 2007. 233 p.

CAMARGO, C. E. D. (Coordernador) **Manual Brasil agrícola**. S. Paulo: Ícone, 1986, p. 11.

CASTRO, Demian. **Mudança, permanência e crise no setor público paranaense: um balanço da trajetória estadual na segunda metade do século XXI** – Demian Castro. – Campinas, SP : [s.n.], 2005.

CURADO, Marcelo Luiz. **Manual de macroeconomia para concursos**. 1ª. ed. São Paulo: Saraiva. 2008, p. 248.

DEODATO, Alberto. **Manual de Ciências das Finanças**. 10ª. ed. São Paulo: Saraiva, 1967, p. 227.

DI PIETRO, Maria Zanella. **Parcerias na Administração Pública**. São Paulo: Atlas, 1996.

FRAQUELLI, Antonio Carlos. **A relação entre as moedas**. In: Jornal Mundo Jovem. Porto Alegre-R.S., PUC, Jun./2002, p. 15.

GIAMBIAGI, Fábio e ALÉM, Ana Cláudia. **Finanças Públicas**. São Paulo: Atlas, 2003.

_____. Fábio et al. **Economia Brasileira Contemporânea**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

GLAESER, Edward. Universidade de Harvard. **Ensaio escrito para a Conferência do IFB sobre Cidades e Transportes**. Traduzido por Gregório Stukart. Disponível em www.ifb.com.br/documentos/glaeser, acessado em 20/08/05.

GREMAUD, Amaury Patrick et al. **Economia Brasileira Contemporânea**. São Paulo: Atlas, 2006.

_____. Amaury Patrick et al. **Introdução à economia**. São Paulo: Atlas, 2007.

HERMANN, Jennifer. **A Macroeconomia da Dívida Pública: Notas sobre o Debate Teórico e a Experiência Brasileira Recente (1999-2002)**.

_____. Jennifer. **Ascensão e queda da Política Fiscal: de Keynes ao “Autismo Fiscal” dos anos 1990-2000**. IE/UFRJ. 2007.

Disponível em: <www.ie.ufrj.br/eventos/seminarios/pesquisa/texto06_04_18>. Acesso em: 09/05/2008.

HICKS, J. **Keynes e os “clássicos”: uma interpretação sugerida**. In SHAPIRO, E. *Análise Macroeconômica: leituras selecionadas*. São Paulo: Editora Atlas, 1978.

JUNIOR, Paulo Gomes. **Responsabilidade fiscal: Lei comentada para os municípios. Assembléia Legislativa do Estado do Paraná – Centro Cívico Bento Munhoz da Rocha Neto**, 2000.

KOHAMA, Hélio. **Contabilidade Pública - Teoria e Prática**. São Paulo: Atlas, 1991.

LEITE, José Alfredo A. **MACROECONOMIA**. 2ª. edição. Editora Atlas, São Paulo, 2000.

LOZARDO, Ernesto. (org.) **Déficit público brasileiro: política econômica e ajuste estrutural**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

LUIZ, Wander e Outros. **Lei de Responsabilidade Fiscal Fácil**. 5ª. edição, Vol I, II, III, e IV. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2003.

MACHADO JR. José Teixeira, REIS, Heraldo da Costa. **A Lei 4.320 Comentada**. 30ª. ed. Rio de Janeiro. IBAM, 2000/ 2001. p. 137.

MACRUZ, João Carlos. **Responsabilidade Fiscal**. Rio de Janeiro: América Jurídica, 2002.

Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão – **Consulta Pública sobre o Projeto de que “Institui Normas Gerais sobre Parcerias Público Privada, no âmbito da Administração Pública”**.

MOTTA, Carlos Pinto Coelho (coord). **Responsabilidade Fiscal**. Belo Horizonte: Del Rey, 2000.

OLIVEIRA, N. **Um país privado: os dilemas conjunturais de uma oposição**. Cadernos CEAS, Salvador, nº 200: 9-25, Jul./Ago. 2002.

- PADIS, P. C. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. São Paulo: Hucitec, 1981.
- PEIXE, Blênio César Severo. **Finanças Públicas - Controladoria Governamental, Em busca do Atendimento da Lei de Responsabilidade Fiscal**. Curitiba: Juruá, 2002.
- PINHEIRO, Machado Brasil. **Sinopse de história regional do Paraná**. Instituto de História e Geografia do Paraná, Curitiba, 1951.
- PINHO, Diva Benevides; e VASCONCELLOS, Marco A. Sandoval de. **Manual de economia**. 3ª. ed. São Paulo: Saraiva, 1998.
- Revista de Economia Política. **Centro de Economia Política**. Vol. 5, nº. 4, São Paulo: dezembro/1995.
- Revista Paraná Oportunidades e Negócios, Editora Mares do Sul, 2000, Curitiba. Sites: www.der.pr.gov
- Revista do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, n.102, p. 23- 5, nov.2002/ Jan.2003.
- Revista do Tribunal de Contas do Estado São Paulo, n.100, p.92- 3, Jun.2001/ Maio/ 2002.
- REZENDE, Fernando Antonio. **Finanças Públicas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- RIANI, Flávio. **Economia do Setor Público: uma abordagem introdutória**. 4ª .ed. São Paulo. Atlas, 2002.
- _____. Flávio; MENDONÇA, Silvana Maria de Andrade. **Evolução recente e a renegociação da dívida pública do estado de Minas Gerais, 2001**. Disponível em www.cedeplar.ufmg.br. Acesso em 31/04/2008.
- SAMPAIO, P. A. **Reforma agrária e projeto de construção nacional**. Porto Alegre: Mundo Jovem, nº 280, Julho/97. p.6.
- SILVA, Daniel Cavalcante. **Parceria público-privada: o toque de Midas na Administração Pública**. Jus Navigan ALÉM di, Teresina, a 9. n. 749, 23.jul.2005. <http://jus2.uol.com.Br/doutrina/texto>.
- SILVA, Edson Jacinto. **O Município na Lei de Responsabilidade Fiscal**. São Paulo: Direito, 2001.
- SILVA, J.G. **A Reforma Agrária no Brasil**. In: STÉDILE, João Pedro (Org.) **A Questão Agrária Hoje**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1994.
- VASCONCELLOS, Marco Antonio S.; GARCIA, Manuel E. **Fundamentos de Economia**. São Paulo: Saraiva, 2001.
- WACHOWICZ, R.C. **Obrageiros, mensus e colonos: história do Oeste paranaense**. Curitiba, Vicentina, 1982, 206. [REDACTED]

WESTPHALEN, C. M. e outros. **Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno**. Boletim da Universidade Federal do Paraná. Curitiba: 1968, p. 2.

7. FONTE

BACEM. Disponível em <[HTTP://www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br)> Acesso em 05/05/2008.

BNDS. **Privatização no Brasil**. Disponível em: <<http://www.bnds.com.br>> Acesso em: 03/02/2009.

ESTADÃO. Disponível em: <[http:// conjur. Estadão.com.Br/static/text/7870,1](http://conjur.estadao.com.br/static/text/7870,1)> Acesso em: 12/02/2009.

FIPE. Instituições, **Setor Público e Desenvolvimento: O Caso do Brasil** – Celso L. Martone. Disponível em:
<http://www.fipe.org.br/web/publicacoes/discussao/textos/texto_09_2007.pdf>
Acesso em: 10/06/2008.

IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 11/02/2009.

IPEA. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>> Acesso em: 13/03/2009.

IPEADATA. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll>> Acesso em: 28/05/2009.

NAVIGANDI, Jus. Disponível em:
<<http://www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=6145>> Acesso em: 10/06/2008.

PARANÁ. Balanço geral do Estado. Disponível em:
<<http://www.gestaodinheiropublico.pr.gov.br/Gestao/balanco/balanco.jsp>> Acesso em 15/06/2008.

ANEXOS

ANEXO ESTATÍSTICO

**TABELA nº 05 - EVOLUÇÃO DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS DO PARANÁ
SEGUNDO AS PRINCIPAIS CATEGORIAS (1995 a 2008) – (R\$ - milhões)**

| Especificação | 1995 | 1996 | 1997 | 1998 |
|----------------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|
| 1. Receitas Correntes | 2.818.599.895,68 | 3.351.765.694,90 | 3.817.568.055,67 | 4.404.773.580,77 |
| 1.1 Receita Tributária | 1.908.759.778,17 | 2.194.516.885,01 | 2.199.101.610,07 | 2.260.404.611,51 |
| 1.2 Receita de Contribuições | 171.164.834,19 | 204.907.655,68 | 239.651.508,82 | 253.746.472,47 |
| 1.3 Receita Patrimonial | 97.358.573,01 | 82.751.092,33 | 178.192.832,28 | 114.045.190,68 |
| 1.6 Receita de Serviços | 4.234.813,95 | 7.052.521,00 | 7.901.417,94 | 9.487.625,43 |
| 1.7 Transferências Correntes | 542.155.912,61 | 689.769.704,88 | 946.502.382,68 | 1.053.408.099,71 |
| 1.9 Outras Receitas Correntes | 542.155.912,61 | 172.763.006,73 | 246.218.303,88 | 713.681.580,97 |
| 2. Receitas de Capital | 303.802.530,11 | 580.511.799,47 | 629.074.006,11 | 1.131.889.506,63 |
| 2.1 Operações de Crédito | 273.763.364,05 | 133.517.768,59 | 184.857.655,07 | 425.458.239,50 |
| 2.2 Alienação de Bens | 0,00 | 407.160.872,38 | 407.335.948,39 | 659.534.729,68 |
| 2.3 Amortização de Empréstimos | 30.039.166,06 | 39.833.158,50 | 36.506.401,79 | 46.745.566,88 |
| 2.4 Transferências de Capital | - | - | 374.000,86 | 150.970,57 |
| 2.5 Outras Receitas de Capital | - | - | - | - |
| 9. Deduções para o FUNDEF | - | - | - | - |
| 9.1 Receita Tributária | - | - | - | - |
| 9.3 Receita Patrimonial | - | - | - | - |
| 9.7 Transferências Correntes | - | - | - | - |
| 9.9 Outras Receitas Correntes | - | - | - | - |
| TOTAL | 2.818.599.895,68 | 3.351.765.694,90 | 3.817.568.055,67 | 4.404.773.580,77 |

Continuação (R\$)

| Especificação | 1999 | 2000 | 2001 | 2002 * |
|----------------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|
| 1. Receitas Correntes | 4.824.876.872,76 | 5.537.574.792,49 | 7.546.714.357,35 | 8.719.759.255,55 |
| 1.1 Receita Tributária | 2.658.769.289,31 | 3.339.433.275,87 | 5.224.859.618,30 | 6.292.131.098,29 |
| 1.2 Receita de Contribuições | 179.199.233,34 | 92.543.201,02 | 71.963.329,55 | 118.307.312,92 |
| 1.3 Receita Patrimonial | 132.861.340,01 | 142.311.233,67 | 192.636.751,98 | 150.898.922,94 |
| 1.6 Receita de Serviços | 7.399.037,30 | 9.026.669,50 | 11.216.601,89 | 13.448.977,82 |
| 1.7 Transferências Correntes | 1.149.890.049,88 | 1.224.809.979,31 | 1.374.544.542,85 | 1.903.622.567,56 |
| 1.9 Outras Receitas Correntes | 696.757.922,92 | 729.450.433,12 | 671.493.512,78 | 241.350.376,02 |
| 2. Receitas de Capital | 5.522.457.101,36 | 3.664.014.627,10 | 407.809.674,21 | 591.905.527,99 |
| 2.1 Operações de Crédito | 5.422.794.647,67 | 274.817.571,26 | 184.051.353,02 | 240.263.519,57 |
| 2.2 Alienação de Bens | 7.360.000,00 | 3.292.808.888,41 | 3.879.173,02 | 181.079.600,34 |
| 2.3 Amortização de Empréstimos | 56.462.711,10 | 81.070.237,48 | 122.341.595,23 | 138.999.206,69 |
| 2.4 Transferências de Capital | 254.078,94 | 5.168.790,25 | 26.534.398,70 | 12.569.070,86 |
| 2.5 Outras Receitas de Capital | 35.585.663,65 | 10.149.139,70 | 71.003.154,24 | 18.994.130,53 |
| 9. Deduções para o FUNDEF | - | - | - | (797.821.288,74) |
| 9.1 Receita Tributária | - | - | - | (627.827.509,73) |
| 9.3 Receita Patrimonial | - | - | - | (887.871,37) |
| 9.7 Transferências Correntes | - | - | - | (157.913.631,41) |
| 9.9 Outras Receitas Correntes | - | - | - | (11.192.276,23) |
| TOTAL | 4.824.876.872,76 | 5.537.574.792,49 | 7.546.714.357,35 | 8.513.843.494,80 |

Continuação (R\$)

| Especificação | 2003 | 2004 | 2005 |
|----------------------------------|-------------------------|---------------------------|---------------------------|
| 1. Receitas Correntes | 9.944.760.132,52 | 11.532.862.700,76 | 13.073.339.234,83 |
| 1.1 Receita Tributária | 7.510.618.609,84 | 8.748.866.223,72 | 9.851.148.168,64 |
| 1.2 Receita de Contribuições | 75.070.858,88 | 69.017.856,51 | 65.794.517,20 |
| 1.3 Receita Patrimonial | 222.452.744,19 | 231.745.145,13 | 248.455.844,16 |
| 1.6 Receita de Serviços | 15.813.232,41 | 18.281.580,25 | 20.908.459,41 |
| 1.7 Transferências Correntes | 1.952.871.964,86 | 2.286.257.320,25 | 2.690.480.500,91 |
| 1.9 Outras Receitas Correntes | 167.932.722,34 | 178.694.574,90 | 196.551.744,51 |
| 2. Receitas de Capital | 339.973.271,27 | 503.963.976,56 | 295.889.595,32 |
| 2.1 Operações de Crédito | 161.924.685,34 | 202.271.579,13 | 176.529.801,91 |
| 2.2 Alienação de Bens | - | 146.659.799,60 | 1.649.300,00 |
| 2.3 Amortização de Empréstimos | 146.655.274,98 | 133.484.948,09 | 112.371.242,35 |
| 2.4 Transferências de Capital | 29.130.727,68 | 20.547.649,74 | 5.339.251,06 |
| 2.5 Outras Receitas de Capital | 2.262.583,27 | 1.000.000,00 | - |
| 9. Deduções para o FUNDEF | (916.310.647,90) | (1.058.941.697,27) | (1.194.101.201,97) |
| 9.1 Receita Tributária | (751.463.465,28) | (873.439.189,42) | (979.540.472,08) |
| 9.3 Receita Patrimonial | (1.778.470,95) | (1.981.186,97) | (2.795.410,62) |
| 9.7 Transferências Correntes | (153.061.994,66) | (168.788.948,47) | (198.777.115,20) |
| 9.9 Outras Receitas Correntes | (10.006.717,01) | (14.732.372,41) | (12.988.204,07) |
| TOTAL | 9.368.422.755,89 | 10.977.884.980,05 | 12.175.127.628,18 |

Continuação (R\$)

| Especificação | 2006 | 2007 | 2008 |
|----------------------------------|---------------------------|---------------------------|---------------------------|
| 1. Receitas Correntes | 14.105.127.350,59 | 16.358.440.712,22 | 19.377.370.649,43 |
| 1.1 Receita Tributária | 10.520.305.080,55 | 11.658.022.271,33 | 13.635.704.769,92 |
| 1.2 Receita de Contribuições | 89.946.668,62 | 93.615.508,59 | 94.643.133,96 |
| 1.3 Receita Patrimonial | 307.285.206,57 | 235.064.199,34 | 326.118.658,73 |
| 1.6 Receita de Serviços | 22.606.662,64 | 27.008.297,28 | 35.281.015,26 |
| 1.7 Transferências Correntes | 2.929.700.540,66 | 4.044.044.576,67 | 4.949.663.151,51 |
| 1.9 Outras Receitas Correntes | 235.283.191,55 | 300.685.859,01 | 335.959.920,05 |
| 2. Receitas de Capital | 276.427.236,23 | 135.031.895,30 | 133.119.271,51 |
| 2.1 Operações de Crédito | 131.990.672,76 | 49.794.983,58 | 52.927.072,40 |
| 2.2 Alienação de Bens | 1.456.514,67 | 1.736.612,00 | 1.409.880,00 |
| 2.3 Amortização de Empréstimos | 87.504.716,95 | 64.429.676,03 | 36.633.879,41 |
| 2.4 Transferências de Capital | 17.190.770,10 | 19.070.623,69 | 42.148.439,70 |
| 2.5 Outras Receitas de Capital | 38.284.561,75 | - | - |
| 9. Deduções para o FUNDEF | (1.248.315.453,32) | (1.552.772.092,09) | (2.043.281.663,90) |
| 9.1 Receita Tributária | (1.036.700.933,16) | (1.291.497.586,96) | (1.694.707.574,03) |
| 9.3 Receita Patrimonial | (1.847.156,69) | (224.855,63) | - |
| 9.7 Transferências Correntes | (199.405.299,72) | (249.556.881,74) | (323.650.729,71) |
| 9.9 Outras Receitas Correntes | (10.362.063,75) | (11.492.767,76) | (24.923.360,16) |
| TOTAL | 13.133.239.133,50 | 14.940.700.515,43 | 17.467.208.257,04 |

Fonte: Lei 13.980/02, SIA215 e SIA307 – Exercício – 2003; Lei 14.275/03, SIA215 e SIA307 - SIA307 – Exercício – 2004; Lei 14.600/04 e SIA307 - Exercício de 2005; Lei 15.339/06 e SIA307 - Exercício de 2007; Lei 15.750/07 e SIA307 - Exercício de 2008 – SEFA – Paraná – Administração Direta – Elaboração Própria.

* Os dados desta conta só constam a partir deste ano.

TABELA 06 – RECEITA TRIBUTÁRIA TOTAL DO PARANÁ (1995 a 2008) – (R\$)

| Especificação | 1995 | 1996 | 1997 | 1998 |
|--|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|
| Impostos | 1.902.469.039,09 | 2.186.920.668,70 | 2.190.235.172,56 | 2.253.922.835,16 |
| Imposto sobre o Patrim. e a Renda | 73.017.772,68 | 104.141.550,09 | 120.261.497,13 | 135.501.919,62 |
| Renda e Proventos de Q. Natureza | 2.282.205,11 | 40.016,13 | 13.645,39 | - |
| Retido nas F. s/ Rend. do Trabalho | - | - | - | - |
| Prop. de Veículos - IPVA | 59.989.982,01 | 90.534.481,84 | 103.037.427,32 | 117.831.647,48 |
| IPVA - Parcela Estadual | - | - | - | - |
| IPVA - Parcela Municipal | - | - | - | - |
| ITCMD | 10.745.585,56 | 13.567.052,12 | 17.210.424,42 | 17.670.272,16 |
| Imp. sobre Produção e Circulação ICMS | 1.829.451.266,41 | - | 2.069.973.675,43 | 2.118.420.915,54 |
| ICMS - Parcela Estadual | - | - | - | - |
| ICMS - Parcela Municipal | - | - | - | - |
| Taxas | 6.290.739,08 | 7.596.216,31 | 8.866.437,51 | 6.481.776,35 |
| Taxa pelo Exc.. do Poder de Polícia | 4.315.005,62 | 5.105.776,56 | 6.507.747,58 | 4.982.254,18 |
| Atos da Polícia Civil | 4.296.116,77 | 5.093.664,76 | 6.499.088,27 | 4.976.512,45 |
| Taxa Exc. Poder de Pol. C. de Bombeiro | - | - | - | - |
| Taxa de Segurança | - | - | - | - |
| Taxa de Saúde Pública | 5.093.664,76 | 12.111,80 | 8.659,31 | 5.741,73 |
| Taxa pela Prestação de Serviços | 1.975.733,46 | 2.490.439,75 | 2.358.689,93 | 1.499.522,17 |
| Taxa Judiciária | 939.378,65 | 1.200.175,71 | 1.060.899,00 | 1.141.734,62 |
| 2% Fomento da Pesq. Cient. e Tecnol | - | - | - | - |
| Taxa de Expediente | 806,22 | 1.324,11 | 7.142,86 | 4.980,60 |
| Taxa Ambiental | 694.822,43 | 912.914,68 | 1.011.733,28 | 133.091,24 |
| Taxa de Segurança Preventiva | 340.726,16 | 376.025,25 | 278.914,79 0,01 | 219.715,71 |
| Taxa de Serv. Prest. C. Bombeiros | - | - | - | - |
| TOTAL Receita Tributária | - | - | - | - |
| Deduções para o FUNDEF | - | - | - | - |
| Receita Tributária Líquida | - | - | - | - |

Continuação (R\$)

| Especificação | 1999 | 2000 | 2001 | 2002 |
|---|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|
| Impostos | 2.654.026.288,35 | 3.334.388.217,92 | 5.219.152.720,89 | 6.285.266.045,76 |
| Imposto sobre o Patrim. e a Renda | 145.694.032,04 | 183.411.540,60 | 364.718.108,00 | 704.573.246,53 |
| Renda e Proventos de Q. Natureza | - | - | - | 273.988.107,11 |
| Retido nas F. s/ Rend. do Trabalho | - | - | - | 273.988.107,11 |
| Prop. de Veículos Autom. - IPVA | 125.105.117,17 | 159.929.426,04 | 336.712.985,38 | 397.642.014,54 |
| IPVA - Parcela Estadual | - | - | 168.356.492,69 | 198.821.007,27 |
| IPVA - Parcela Municipal | - | - | 168.356.492,69 | 198.821.007,27 |
| ITCMD | 20.588.914,87 | 23.482.114,56 | 28.005.122,62 | 32.943.124,88 |
| Imp. sobre Produção e Circulação | 2.508.332.256,31 | 3.150.976.677,32 | 4.854.434.612,89 | 5.580.692.799,23 |
| ICMS | 2.508.332.256,31 | 3.150.976.677,32 | 4.854.434.612,89 | 5.580.692.799,23 |
| ICMS - Parcela Estadual | - | - | 3.639.574.069,56 | 4.185.516.808,22 |
| ICMS - Parcela Municipal | - | - | 1.214.860.543,33 | 1.395.175.991,01 |
| Taxas | 4.743.000,96 | 5.045.057,95 | 5.706.897,41 | 6.865.052,53 |
| Taxa pelo Exc.. do Poder de Polícia | 4.550.935,67 | 4.842.385,29 | 5.463.136,41 | 6.461.759,18 |
| Atos da Polícia Civil | 4.546.157,27 | 4.837.153,59 | 5.460.511,82 | 5.753.773,47 |
| Taxa Exc. Poder de Pol. C. de Bombeiro | - | - | - | - |
| Taxa de Segurança | - | - | - | - |
| Taxa Ambiental | - | - | - | 706.034,84 |
| Taxa de Saúde Pública | 4.778,40 | 5.231,70 | 2.624,59 | 1.950,87 |
| Taxa pela Prestação de Serviços | 192.065,29 | 202.672,66 | 243.761,00 | 403.293,35 |
| Taxa Judiciária | - | - | - | 77.989,00 |
| 2% Fomento da Pesq. Cient. e Tecnologia | 202.672,66 | 55.940,00 | 61.631,33 | 77.989,00 |
| Taxa de Expediente | 55.940,00 | 715,32 | 912,30 | 1.851,95 |
| Taxa de Segurança Preventiva | 161.220,32 | 141.927,88 | 180.824,94 | 323.452,40 |
| Taxa de Serv. Prest. C. Bombeiros | - | - | - | - |
| TOTAL Receita Tributária | - | - | - | 6.292.131.098,29 |
| Deduções para o FUNDEB | - | - | - | (627.827.509,73) |
| Receita Tributária Líquida | - | - | - | 5.664.303.588,56 |

Continuação (R\$)

| Especificação | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 |
|--|-------------------------|-------------------------|-------------------------|--------------------------|
| Impostos | 7.501.502.890,60 | 8.736.481.490,93 | 9.825.139.873,05 | 10.492.672.286,60 |
| Imposto sobre o Patrim. e a Renda | 821.827.626,69 | 972.577.568,09 | 1.118.113.438,22 | 1.277.552.863,48 |
| Renda e Proventos de Q. Natureza | 316.083.252,94 | 388.866.512,04 | 435.035.700,41 | 478.826.891,69 |
| Retido nas F. s/ Rend. do Trabalho | 316.083.252,94 | 388.866.512,04 | 435.035.700,41 | 478.826.891,69 |
| Prop. de Veículos Autom. - IPVA | 459.908.786,36 | 528.341.995,44 | 630.181.127,62 | 735.979.257,84 |
| IPVA - Parcela Estadual | 229.954.393,18 | 264.170.997,72 | 315.090.563,81 | 367.989.628,92 |
| IPVA - Parcela Municipal | 229.954.393,18 | 264.170.997,72 | 315.090.563,81 | 367.989.628,92 |
| ITCMD | 45.835.587,39 | 55.369.060,61 | 52.896.610,19 | 62.746.713,95 |
| Imp. sobre Produção e Circulação | 6.679.675.263,91 | 7.763.903.922,84 | 8.707.026.434,83 | 9.215.119.423,12 |
| ICMS | 6.679.675.263,91 | 7.763.903.922,84 | 8.707.026.434,83 | 9.215.119.423,12 |
| ICMS - Parcela Estadual | 5.009.756.447,93 | 5.822.927.942,12 | 6.530.269.826,10 | 6.911.339.567,34 |
| ICMS - Parcela Municipal | 1.669.918.815,98 | 1.940.975.980,72 | 2.176.756.608,73 | 2.303.779.855,78 |
| Taxas | 9.115.719,24 | 12.384.732,79 | 26.008.295,59 | 27.632.793,95 |
| Taxa pelo Exc.. do Poder de Polícia | 8.463.417,58 | 11.885.658,89 | 25.451.830,41 | 26.995.891,88 |
| Atos da Polícia Civil | 6.256.597,30 | 7.907.188,27 | - | - |
| Taxa Exc. Poder de Pol. C. de Bombeiro | 2.202.115,29 | 3.975.890,02 | 16.557.787,64 | 18.487.990,01 |
| Taxa de Segurança | - | - | 8.889.901,49 | 8.505.627,26 |
| Taxa Ambiental | 2.751,55 | 1.541,37 | 2.380,24 | 147,81 |
| Taxa de Saúde Pública | 1.953,44 | 1.039,23 | 1.761,04 | 2.126,80 |
| Taxa pela Prestação de Serviços | 652.301,66 | 499.073,90 | 556.465,18 | 636.902,07 |
| Taxa Judiciária | 94.475,47 | 98.979,34 | 130.459,52 | 162.444,48 |
| 2% Fomento da Pesq. Cient. e Tecnol | 94.475,47 | 98.979,34 | 130.459,52 | 162.444,48 |
| Taxa de Expediente | 1.798,99 | 8.097,22 | 1.499,68 | 2.477,19 |
| Taxa de Segurança Preventiva | 556.027,20 | 391.997,34 | 424.505,98 | 471.980,40 |
| Taxa de Serv. Prest. C. Bombeiros | - | - | - | - |
| TOTAL Receita Tributária | 7.510.618.609,84 | 8.748.866.223,72 | 9.851.148.168,64 | 10.492.672.286,60 |
| Deduções para o FUNDEB | (751.463.465,28) | (873.439.189,42) | (979.540.472,08) | (1.036.700.933,16) |
| Receita Tributária Líquida | 6.759.155.144,5 | 7.875.427.034,3 | 8.871.607.696,5 | 9.036.604.147,16 |

| | 6 | 0 | 6 |
|--|--------------------------|--------------------------|---|
| Continuação (R\$) | | | |
| Especificação | 2007 | 2008 | |
| Impostos | 11.626.974.986,77 | 13.600.071.841,28 | |
| Imposto sobre o Patrim. e a Renda | 1.569.681.070,59 | 1.904.006.947,49 | |
| Renda e Proventos de Q. Natureza | 600.811.783,80 | 704.465.609,31 | |
| Retido nas F. s/ Rend. do Trabalho | 600.811.783,80 | 704.465.609,31 | |
| Prop. de Veículos Autom. - IPVA | 893.350.883,38 | 1.097.388.731,02 | |
| IPVA - Parcela Estadual | 446.675.441,69 | 548.694.365,51 | |
| IPVA - Parcela Municipal | 446.675.441,69 | 548.694.365,51 | |
| ITCMD | 75.518.403,41 | 102.152.607,16 | |
| Imp. sobre Produção e Circulação | 10.057.293.916,18 | 11.696.064.893,79 | |
| ICMS | 10.057.293.916,18 | 11.696.064.893,79 | |
| ICMS - Parcela Estadual | 7.542.970.437,03 | 8.772.048.670,10 | |
| ICMS - Parcela Municipal | 2.514.323.479,15 | 2.924.016.223,69 | |
| Taxas | 31.047.284,56 | 35.632.928,64 | |
| Taxa pelo Exc.. do Poder de Polícia | 30.390.268,87 | 35.021.345,27 | |
| Atos da Polícia Civil | - | - | |
| Taxa Exc. Poder de Pol. C. de Bombeiro | 21.385.577,16 | 25.444.320,68 | |
| Taxa de Segurança | 9.000.675,41 | 9.572.659,81 | |
| Taxa Ambiental | 9,71 | - | |
| Taxa de Saúde Pública | 4.006,59 | 4.364,78 | |
| Taxa pela Prestação de Serviços | 657.015,69 | 611.583,37 | |
| Taxa Judiciária | 178.048,06 | 217.154,28 | |
| 2% Fomento da Pesq. Cient. e Tecnol | 178.048,06 | 217.154,28 | |
| Taxa de Expediente | 2.163,09 | 10.922,15 | |
| Taxa de Segurança Preventiva | 476.804,54 | 383.506,94 | |
| Taxa de Serv. Prest. C. Bombeiros | - | - | |
| TOTAL Receita Tributária | 11.658.022.271,33 | 13.635.704.769,92 | |
| Deduções para o FUNDEF | -1.291.497.586,96 | -1.694.707.574,03 | |
| Receita Tributária Líquida | 10.366.524.684,37 | 11.940.997.195,89 | |

Fonte: Lei 13.980/02 e SIA 307 – Exercício de 1995 a 2008.